



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO**

ALDA SELMA FROTA MONTEIRO

**TURISMO E MUDANÇA SOCIAL NA COMUNIDADE DO
CARAPARU - SANTA IZABEL DO PARÁ**

Belém
2003

ALDA SELMA FROTA MONTEIRO

**TURISMO E MUDANÇA SOCIAL NA COMUNIDADE DO
CARAPARU SANTA IZABEL DO PARÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Orientador: Profº Dr. Armin Mathis

Belém
2003

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPa)

Monteiro, Alda Selma Frota

Turismo e mudança social na comunidade do Caraparu Santa Izabel do Pará / Alda Selma Frota; orientador, Armin Mathis. – 2003.

77 f.: il.; 30 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2003.

1. Turismo – Aspectos ambientais - Pará. 2. Ecoturismo. 3. Mudança social. 4. Desenvolvimento Sustentável. 4. Meio ambiente. I. Mathis, Armin, orientador. II. Título.

CDD 21. ed. 380.145 098115

ALDA SELMA FROTA MONTEIRO

**TURISMO E MUDANÇA SOCIAL NA COMUNIDADE DO
CARAPARU SANTA IZABEL DO PARÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof^o Dr. Armin Mathis

Aprovada em: ___/___/___

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Armin Mathis
Orientador - NAEA/UFPA

Prof. Dr. Maurílio Monteiro
Examinador Interno - NAEA/UFPA

Prof. Dra. Maria de Fátima Carneiro da Conceição
Examinador Externo – CFCH/UFPA

**Ao meu companheiro Marcos Oliveira e Marina
Izabel, nossa querida filha.
Ao meu pai, mãe, irmãos e irmãs.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por tudo.

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, pela seriedade institucional.

Ao Prof. Dr. Armin Mathis, que soube ser orientador e amigo.

Ao Haroldo Mendonça, pela sugestão e primeira discussão sobre o tema.

Aos amigos Silvana e Gilson, pelo companheirismo em todas as horas.

A Mariléa e Aurenny, pela contribuição providencial na pesquisa de campo.

E à dona Luzia, pela presença amiga e constante.

**Não sabemos o turismo que queremos, mas sabemos
o turismo que não queremos.**
Líder comunitário de Icapuí-CE

RESUMO

Este trabalho aborda a atividade turística no município de Santa Izabel do Pará, mais precisamente na comunidade do Caraparu, utilizando levantamentos bibliográficos e pesquisa de campo, a fim de retomar a origem da ocupação de Santa Izabel e as formas de organização econômica que prevaleceram ao longo de sua história, assim como da formação da vila do Caraparu e os elementos que contribuíram para a forma como o turismo vem ocorrendo nessa localidade.

Palavras-chave: Turismo. Visitantes. Veranistas. Mudança social. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This work address the tourist activity in the country of Santa Izabel do Pará, more precisely in the community Caraparu using literature surveys and field research in order to resume the origin of the occupation of Santa Izabel do Pará and forms of economic organization that prevailed throughout its history as well as the formation of village of Caraparu and the elements that contributed to the way tourism is occurring at this location.

Keywords: Tourism. Visitors. Vacationers. Social change. Development.

LISTAS DE SIGLAS

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias

NAEA – Núcleo de Altos estudos Amazônicos

OMT - Organização Mundial do Turismo

PARATUR - Companhia de Turismo do Pará

RMB - Região Metropolitana de Belém

SISTUR - Sistema Turístico

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DA MUDANÇA.....	14
3 ESTUDO DE CASO: O TURISMO NA VILA DE CARAPARU.....	35
3.1 SANTA IZABEL DO PARÁ.....	35
3.2 BREVE HISTÓRICO DAS MUDANÇAS LOCAIS.....	37
3.3 CARACTERIZAÇÃO DA VILA DE CARAPARU.....	41
3.4 O TURISMO NA VILA DE CARAPARU.....	47
3.5 CONSIDERAÇÕES GERAIS ACERCA DOS RESULTADOS.....	56
4 TURISMO E MUDANÇA NA VILA DE CARAPARU: UMA REFLEXÃO NECESSÀRIA.....	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	67
ANEXOS.....	75

1 INTRODUÇÃO

A evolução das pesquisas realizadas no campo do turismo, caminha ao lado da importância alcançada pelo mesmo no âmbito mundial pois, se antes os estudos estavam voltados especificamente para aspectos econômicos do setor hoje já se visualiza um outro patamar. As reflexões sobre as condições sociais, culturais e ambientais impostas pelo turismo, principalmente no que diz respeito às mudanças que ocorrem nas comunidades receptoras tem pautado muitos dos novos estudos de caso realizados na última década.

Considerado por muitos como uma prática causadora de problemas ao meio ambiente e por outros como uma nova forma de dinamizar economias locais que vão se adaptando às exigências desse novo público, o turismo passa a ser alvo de estudo e reivindicação ao mesmo tempo.

No Pará, o turismo vem se disseminando como alternativa de desenvolvimento econômico nos pequenos municípios, em geral dotados de excelentes apelos paisagístico-naturais. Porém, algumas preocupações se colocam nesse processo à medida que esses municípios, apesar de se pautarem por relações sociais consolidadas historicamente, possuem visíveis fragilidades no campo econômico. Com isso, sua inserção em novas formas de produção, principalmente uma produção não-material como se caracteriza o turismo tende a ser absolutamente subalterna.

Ao depositar no turismo esperanças de melhoria de vida, as populações locais muitas vezes passam a desconsiderar seus modos tradicionais de vida em função das novas atividades que surgem com o turismo, assim como as novas relações sociais decorrentes da interação com os visitantes. Surge daí a preocupação desse estudo voltado para o município de Santa Izabel do Pará, mais precisamente na comunidade do Caraparu que tem no rio homônimo seu maior atrativo paisagístico-natural.

Situada ao sul do município (Anexo A) e tendo a bacia hidrográfica do Caraparu como sua maior riqueza, essa comunidade de características modestas não figura com uma grande população ou até mesmo expressiva atividade econômica. Porém, seu desenvolvimento ocorreu a partir de práticas tradicionais de sobrevivência. Sua origem está ligada a vários fatores que vão desde a existência de uma aldeia dos índios Tupinambás na região até a presença de grupos de negros escravizados à época da cabanagem.

No passado, a maior preocupação dos moradores da vila de Caraparu era com suas formas de subsistência, hoje, em função do perfil de balneário turístico que atrai intensa movimentação,

outras preocupações surgiram como a violência e a poluição do rio. Conforme dados estatísticos (IBGE, 2000) a população da vila está constituída de 731 moradores.

Segundo os habitantes locais, durante muitos anos sua reprodução teve como base a agricultura e a extração mineral com a retirada de pedra e carvão. O rio Caraparu era utilizado para pesca de subsistência e como meio de transporte. Com isso, sua reprodução se dava sem uma dependência do exterior e as mudanças no seu cotidiano ocorriam de forma gradual.

Atualmente, a visibilidade alcançada pela comunidade na condição de balneário aponta para um ritmo acelerado de mudanças provocadas pela intensa movimentação de fluxos de visitantes que se deslocam para seu interior. O turismo portanto surge como um provável desencadeador de mudanças à medida que provoca o surgimento de novas relações, sejam sociais, sejam de trabalho.

As mudanças que ocorrem e que nortearam o objetivo dessa pesquisa são vistas primeiramente como decorrência do processo de desenvolvimento que devido às exigências do mundo capitalista vem ocorrendo de forma cada vez mais acelerada e levando a determinados descompassos. Essas questões são tratadas no primeiro capítulo desse estudo como forma de entender as profundas transformações vivenciadas pelos processos de desenvolvimento.

Como parte desse processo, o turismo insere-se como uma atividade relacionada à modernidade e seus aparatos econômicos e que por conta disso vai utilizando todo e qualquer espaço onde possa reproduzir-se. Essa reprodução, vista por muitos como alternativa econômica vai se apropriando de instrumentos inerentes à determinada concepção de desenvolvimento, notadamente os avanços tecnológicos e industriais, tidos como fundamentais à reprodução das sociedades urbanas.

Tomando por base a perspectiva de Castelli (1990) segundo a qual o desenvolvimento industrial e os avanços tecnológicos foram fundamentais para a popularização do ato de viajar, esse estudo faz uma relação entre as facilidades intermediadoras desse processo a nível local. Assim, busca-se compreender as perspectivas históricas que permearam o desenvolvimento econômico do município de Santa Izabel do Pará até a atualidade, com a emergência do turismo.

A partir daí, implica observar a forma como este vem sendo realizado mais detidamente na comunidade do Caraparu a fim de que se possa detectar as mudanças em curso.

2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DA MUDANÇA

Ao tratar da relação existente entre turismo e mudança na comunidade do Caraparu, não se pretende fazê-lo na perspectiva de uma sociedade isolada, que não tenha passado por nenhuma transformação durante toda sua trajetória. Talvez por isso esse estudo sobre mudança não tenha uma inclinação para a abordagem antropológica mas sim para uma tentativa de compreensão das possíveis transformações que possam estar ocorrendo nessa comunidade a partir da prática do turismo.

Este capítulo pretende mostrar a importância de se fazer essa análise à luz da interdisciplinaridade, tendo como disciplinas fundamentais a história, e a sociologia. A intenção é mostrar de que forma se deu a evolução do turismo no processo de desenvolvimento compreendendo as questões pertinentes a esse fenômeno principalmente do ponto de vista social.

Ao considerarmos a sociologia como ferramenta essencial para a compreensão das mudanças sociais que vem ocorrendo no Caraparu, vale contextualizar essa discussão a partir da abordagem das ciências sociais. Mais especificamente da sociologia visto que, ao tratar sobre turismo é na esfera social que se encontra os maiores problemas enfrentados pelas comunidades receptoras. Com isso, ressalta-se como elemento fundamental para discussão dessa problemática a compreensão das estruturas sociais dado que, é exatamente a inter-relação dos elementos que compõe essas estruturas que possibilitam as dinâmicas e mudanças constatadas nas comunidades.

Com respeito a isso, verifica-se em Pinto (1963) que estrutura social remete exatamente às relações dos homens entre si, e dos homens com as coisas materiais que os cercam. Isso leva a compreensão de que essas relações são interdependentes e geradas historicamente durante toda a trajetória de produção e reprodução das condições de sobrevivência das comunidades.

A idéia de estrutura social em Bottomore (apud BARRETO, 2001), confunde-se com a de mudança. Para ele, as sociedades passam por transições a medida em que vivenciam constantes processos de estruturação e desestruturação. Esse processo faz com que as mudanças pelas quais passam as sociedades possam ser explicadas como o resultado das contradições vividas no próprio interior de uma estrutura social.

De fato, o que se pretende compreender de forma específica é exatamente essa relação estabelecida entre a dinâmica de uma comunidade e o processo de estruturação e desestruturação vivenciado com o turismo. Neste caso, este último está para a primeira exatamente como aquilo que foi denominado por Pinto (1963) ou seja, as coisas materiais que a cercam. Dessa forma, o

turismo passa a ser compreendido então como parte da estrutura já que não pode deixar de ser visto como um produto para o qual os visitantes são atraídos e incitados a consumir.

Por outro lado, isso não ofereceria motivação alguma caso não estivesse permeado por relações humanas, e como afirma Pinto (1963), se não formasse um conjunto de relações sociais cotidianas e concretamente vividas, ou seja, uma estrutura social que reflete um estilo de vida.

Por entender o turismo como um produto e como um componente das relações econômicas e de desenvolvimento, interessa estudar as implicações sociais geradas por uma dinâmica que se apresenta como algo inerente a todo processo de desenvolvimento. Essa dinâmica em geral se volta para o surgimento de novos padrões, seja econômico, seja social gerando muitas vezes novas comunidades, novas sociedades. Ao concordar com Pinto (1963) quando afirma que não há como eliminar, por completo a presença e os efeitos dos fatores endógenos ou exógenos de desenvolvimento, ressalta-se que o estudo das mudanças provocadas por esses fatores, pode levar a um controle maior das mesmas.

Dentro da perspectiva abordada pelo autor a maior limitação para o desenvolvimento estaria relacionada à intensificação e aceleração do mesmo em determinadas realidades sem a necessária generalização. De acordo com esse raciocínio, isso leva a um descompasso entre o desejo de desenvolvimento econômico e a mudança social já que ocasiona os casos de marginalização de determinados setores, ou seja, os desequilíbrios sociais e ambientais. Em Pinto (1963), a principal consequência disso seria aqueles setores que se transformam nos primeiros elementos de resistência ao desenvolvimento, dado o alto grau de marginalização a que são expostos.

Os setores mencionados pelo autor como componentes de uma estrutura social e que acabam transformando-se nos principais obstáculos ao desenvolvimento são: a estratificação social, a política e de representação, a família, a empresa, a educação e a ciência. Deste conjunto de setores, a família é destacada pelo mesmo por ser de forma geral aquele que sofre as transformações mais profundas pela ameaça constante e progressiva ao seu raio de controle. Para Pinto (1963) é no interior da família que vai se revelar uma situação contraditória já que, ao mesmo tempo em que se aceita certas mudanças, resiste-se também às suas implicações.

As raízes teóricas da mudança social estão situadas muito antes do século XXI. Para Barreto (2001) desde pensadores como Comte e Marx mudança social já estaria associada à idéia de desenvolvimento, considerando as devidas diferenças entre cada um deles. A abordagem geral

sobre a teoria de mudança na perspectiva de alguns desses autores apresenta várias convergências entre os mesmos, assim como com a abordagem encontrada em Pinto (1963).

Uma outra raiz do pensamento sobre mudança conforme Tilly (apud BARRETO, 2001) parece estar associada também aos acontecimentos revolucionários. Para ele, esses acontecimentos são resultados de conflitos radicais entre grupos políticos, com interesses distintos e que lutam pelo poder. Também para Tilly o que vai determinar esses acontecimentos é exatamente o desejo de mudança presente em determinados grupos.

A fim de obter uma visão geral das teorias que tratam sobre mudança Barreto (2001) destaca algumas das principais raízes presentes na sociologia: as teorias de Weber, Durkheim e Marx.

De forma sucinta, trata-se de ressaltar que para Marx, as categorias sociológicas como relações de produção, forças de produção, base econômica e superestrutura estão diretamente relacionadas à mudança. Nas perspectivas weberiana e durkheimiana, a mudança estaria relacionada principalmente ao indivíduo e aos desdobramentos de suas ações e idéias no caso do primeiro, assim como ao avanço da solidariedade no caso do segundo.

Com a intenção de discutir as relações de produção próprias de um determinado espaço, considera-se a teoria de Marx mais apropriada para esta breve análise. Referindo-se ao desenvolvimento das relações sociais de produção, Barreto (2001) afirma que para Marx a verdadeira mudança somente se caracterizaria com a chegada do proletariado a um estágio de triunfo. As divergências geradas no seio da sociedade de produção levariam a processos geradores de mudança que por sua vez estabeleceriam um outro nível dessas relações.

Esses processos, em Marx (1982), seriam comandados pelo proletariado e teriam como alvo principal, a propriedade privada, não necessariamente as relações de produção. Para ele, o sistema vigente é que determina os processos de mudança a partir do conflito entre duas classes, a dos proprietários dos meios de produção e a do proletariado. Esse conflito por sua vez é gerado pelo que ele chamou de contradições do capitalismo como a mais-valia e as classes sociais.

Diferentemente de Marx (1982) que teoriza a partir de uma ação coletiva de classe, a teoria weberiana abordada em Barreto (1998) remete a uma valorização dos indivíduos, independente de classe social. Assim, para WEBER o espírito do protestantismo, discussão que se encontra na raiz de sua teoria, leva a uma certa racionalidade da ação dos indivíduos. Essa racionalidade, cercada pela perspectiva empreendedora, levaria os indivíduos a desencadearem

processos de mudança a partir deles mesmos e não necessariamente de um sistema mais complexo, de uma coletividade.

Ao tratar sobre a teoria durkheimiana de mudança social, Barreto (2001) não encontra objetivamente algo que remeta a uma mudança social, mas registra a ocorrência de transformações. Para ele, DURKHEIM considera a existência de uma solidariedade dos indivíduos denominada de mecânica e orgânica. De acordo com Ianni (1978), a solidariedade mecânica de DURKHEIM ocorre pela adesão do indivíduo ao grupo, sobressaindo-se uma consciência coletiva. A solidariedade orgânica envolve cooperação e o desenvolvimento da divisão social do trabalho.

Dessa forma, o ponto de partida para DURKHEIM estaria exatamente na transição da solidariedade mecânica para a orgânica. É essa transição que vai decorrer em transformações que fazem parte da evolução histórica da sociedade, na estrutura social vigente. Essas transformações portanto, não implicariam necessariamente em mudanças sociais.

Considerando que as teorias sobre mudança social aparecem de forma bastante complexa, é relevante observar que todas poderão ser abordadas em alguma medida. A ocorrência de fusão ou contraposição entre uma e outra é algo possível mas que não se pretende como regra. O que se pretende sim é ter como referência teorias relacionadas à idéia de progresso ou desenvolvimento.

Estas teorias se impõem como determinantes a medida em que se pretende discutir mudanças ocorridas enquanto uma problemática gerada pela forma como o turismo vem se instalando em determinadas comunidades, sem considerar as especificidades sociais locais. Enquanto atividade inserida na lógica do desenvolvimento contemporâneo, o turismo envolve todo um conjunto de alterações e mudanças que necessariamente acarretam conseqüências para as populações locais. Porém, ao incorporarem a noção de progresso ou de desenvolvimento a partir dos agentes externos, essas conseqüências quase sempre são acompanhadas de componentes negativos ao dia-a-dia dessas comunidades.

Ao relacionar o turismo com a idéia de desenvolvimento, vários autores contemporâneos vão ter como referência o contexto das sociedades urbanas e suas necessidades a partir das raízes teóricas já mencionadas. Para Krippendorff (1985) por exemplo, o turismo com suas funções e práticas constitui-se num elemento característico da sociedade urbana pós-industrial. Os primeiros registros sobre essa atividade fazem referência a deslocamentos por motivos de caça, educação e comércio desde o século XV. Mas foram o desenvolvimento industrial e as inovações tecnológicas ocorridas ao longo dos períodos moderno e pós-moderno que proporcionaram o seu

efetivo crescimento (RODRIGUES, 2001; LICKORISH ; JENKINS, 2000). Sublinhando os aspectos fundamentais relacionados ao turismo, Urry (2001) também o considera como parte indissociável da sociedade de produção.

Para ele essa atividade surgiu como uma prática de lazer que pressupõe o seu oposto, isto é, trabalho regulamentado e organizado. A importância dessa definição está em reunir em uma só formulação várias correntes teóricas do turismo, tanto aquelas que o afirmam como um fenômeno essencialmente social, quanto àquelas que o definem como fenômeno econômico. Dessa forma, o turismo ocorre à medida que exige não só um deslocamento ou um movimento de pessoas, mas também a existência de uma estrutura de serviços a ser proporcionada.

Relacionando o turismo com as questões de desenvolvimento que se deram historicamente, têm-se inicialmente que o mesmo estava vinculado a uma determinada classe como um privilégio diretamente ligado ao prazer e à cultura (URRY,2001). Ao longo do século XVIII, com o desenvolvimento da sociedade industrial e de uma nova divisão do trabalho, a viagem, principal elemento do turismo, tornou-se possível a um número cada vez maior e mais diversificado de pessoas. Para Urry (2001) foi nesse período que a viagem turística deixou de ser essencialmente uma busca pelo prazer e pela cultura, entendidas aqui como a procura por *thermas* e visitas a museus, galerias e artefatos respectivamente, passando também à busca de atrativo paisagístico natural.

Com o advento do período pós-segunda guerra o estilo consumista do turismo foi relacionado à lógica fordista, caracterizada por um processo de organização cada vez maior visando o consumo em massa, no caso, dos lugares turísticos que tinham pouca diferença entre si. Segundo Lipietz (1988) foi após a segunda guerra mundial que esse modelo predominou no turismo visando o aumento do consumo por parte da população, ao mesmo tempo em que visava um ganho cada vez maior de produtividade. Dessa forma, foi se ampliando cada vez mais o setor turístico que passou a ser caracterizado por uma organização do trabalho e pela busca de qualificação intensa da mão de obra existente no setor.

Para Amato (2001) a influência da era fordista no turismo por volta do ano de 1841 ocorreu exatamente pelas inovações que marcaram a eletricidade e o petróleo e que favoreceram o surgimento das primeiras ferrovias. Esses fatores viabilizaram os deslocamentos em massa dando início também aos grandes contingentes em busca das viagens de lazer. Estas por sua vez passaram a se concentrar nos balneários padronizados, de acordo com o conceito fordista vigente à época.

Da mesma forma também para Castelli (1990) o desenvolvimento industrial e os sucessivos avanços tecnológicos foram fatores fundamentais para que o ato de viajar se tornasse cada vez mais possível, levando a um processo de massificação da mesma. Concordando com Urry (2001), também afirma que essa massificação levou a grandes implicações na vida dos cidadãos.

Tanto Castelli (1990) quanto Urry (2001) concordam que a viagem se configurou como um efeito da concentração de pessoas nas cidades as quais procuravam formas de fugir deste meio ambiente. Para Urry (2001), sendo a Inglaterra do século XIX o grande centro da sociedade industrial desse período, foi primeiramente na Europa que se desenvolveu uma considerável infra-estrutura turística. Essa infra-estrutura surgiu sob a forma de balneários equipados com serviços à disposição dos visitantes, conferindo definitivamente um significado econômico ao turismo.

A partir daí houve uma predominância de características e indicadores econômicos no turismo que para Urry (2001) estava simbolizada na seguinte afirmação: “não viajar é como não possuir um carro ou uma bela casa”. Conforme Paiva (1995), do ponto de vista econômico o turismo foi facilmente caracterizado porém, do ponto de vista teórico, conferir um sentido ao mesmo revelou-se algo difícil para os cientistas sociais. Para a autora, a maior parte dos estudos existentes sobre turismo trouxe à tona o enfoque econômico clássico, que se preocupou em demonstrar apenas a relação custo/benefício, estritamente econômica que o envolvia.

Um dos maiores pilares dessa demonstração estava exatamente no cálculo do número de pernoites dos turistas nos meios de hospedagem dos lugares visitados. Foi a partir desse cálculo que a Organização Mundial do Turismo (OMT) passou a caracterizar o conceito de turismo como um deslocamento que necessariamente deveria ultrapassar 24 horas, a fim de gerar pelo menos um pernoite e conseqüentemente outros gastos. Da mesma forma, os benefícios citados para as cidades turísticas sempre foram relacionados à geração de receita e seu efeito multiplicador, a ilimitação do potencial de venda do produto e ainda sua capacidade de geração de emprego (BONALD, 1984).

À medida que foram se aperfeiçoando os conceitos, percebeu-se que o turismo do ponto de vista econômico apresentava muitas contradições que serão abordadas oportunamente neste trabalho. De acordo com Paiva (1995), a justificativa da sua adoção como atividade econômica apresentava ainda duplicidade de sentido pois ao mesmo tempo em que se propunha preservar, valorizar, auto-realizar ou integrar, poderia também destruir, depredar, alienar ou segregar.

Em meio a esse debate, além das características econômicas, aceitou-se de forma geral principalmente no campo acadêmico, que o turismo constitui-se em uma das representações do lazer. Isso permitiu que além do campo econômico fossem realizadas as primeiras análises também do ponto de vista social. E é a partir dessa concepção que autores como Kelman e Fernandez (1986) vão investigar o turismo enquanto mecanismo de massificação do lazer afirmando que o primeiro trata o segundo como mercadoria de alto consumo e propiciadora de lucros.

Para uma melhor compreensão do conceito de lazer importa recorrer primeiramente aos estudos de Dumazedier (1973). Para ele essa atividade compreende todas aquelas às quais o indivíduo pode se dedicar após se desobrigar daquelas que envolvam suas tarefas familiares, profissionais e sociais. Além disso, a condição de poder optar pelo que fazer nesse momento seria algo inerente ao lazer.

Apesar do conceito que trata o lazer como um direito do indivíduo independentemente de sua classe social, estudos realizados na década de oitenta por Santos (1985) apontaram outras conclusões. Utilizando o uso do tempo de lazer como um indicador do estado social da nação, esses estudos afirmaram que para a maior parcela da população no Brasil o lazer aparecia como algo essencialmente privado. Essa compreensão estava relacionada aquela parcela da população que sobrevivia no sub-emprego, com jornadas de trabalho irregulares e que dava prioridade a outras necessidades básicas como saúde, habitação, alimentação e transporte.

Essas disparidades entre classes sociais de acordo com Paiva (1995) foram acentuadas exatamente pelo modelo de desenvolvimento que prevaleceu no Brasil e na América Latina, no período de 1964/1984 e que reproduziu também nesse campo a vinculação da diferenciação entre as classes.

O turismo no Brasil enquanto modalidade do lazer refletia as especificidades da sua formação sócio-econômica. O capitalismo tardio, a inserção marginal nas atividades econômicas e as péssimas condições de vida da maioria da população (MELLO, 1982) que historicamente não tinha acesso a atividades de lazer caracterizavam essa formação. Como contraponto a esse viés excludente do turismo no Brasil, surgiram políticas governamentais de intervenção social que visavam romper com o impacto dessa exclusão.

Ao tratar sobre essas políticas, Paiva (1995) afirma que elas surgiram com o rótulo de turismo social e representavam na verdade um turismo para pobres. De fato, surgidas como uma política isolada que não considerava alternativas para o provimento de outras necessidades dessa

população, essas iniciativas foram se esvaziando. A exceção foram os programas denominados de turismo para a terceira idade que conseguiram se consolidar em várias regiões do país.

Para Barreto (1995) o turismo como um fenômeno social no Brasil surgiu a partir de 1920. Vinculado principalmente a atividades de lazer, nunca teve motivações de aventura ou educativa como na Europa e passou por um longo processo até se consolidar. Somente a partir de 1950 é que foram registrados grandes contingentes em busca de viagens para os mesmos destinos, caracterizando o início do turismo de massa.

Ao falar de turismo social não se trata de algo isolado e sim como uma forma de turismo que surgiu para cumprir dois papéis: assistência social e revitalização econômica. Autores mais alinhados com a teoria crítica do marxismo (RODRIGUES, 1978; TURNER, 1975) defendem que o turismo social e o consumo do ócio, em geral, cumprem uma função de alienação, de ideologia encoberta. Com isso, até os momentos de lazer daquelas populações em péssimas condições de vida e trabalho e que poderiam ser utilizados na promoção de atitudes de reação ao sistema, acabam sendo devidamente controlados pelo mesmo.

Indo mais além, para esses autores o turismo funciona como uma invasão dos centros metropolitanos, mais desenvolvidos, às periferias, menos desenvolvidas, alterando a relação dessas últimas com o meio. A partir desse raciocínio, a principal característica do turismo seria portanto a capacidade de gerar aceleradas e variadas transformações nas comunidades receptoras, tese discutida nesse trabalho. Essas transformações ficam evidenciadas na difusão de um novo estilo de vida para essas comunidades, a partir da influência dos agentes externos.

Constata-se aqui uma concordância com vários autores já citados (URRY, 2001; CASTELLI, 1990), que defendem que o turismo na sua forma contemporânea surgiu com as necessidades das sociedades urbano-industriais. O novo estilo de vida marcado pelo excesso de trabalho e os aglomerados urbanos, e também a jornada de trabalho fixa e remunerada fizeram com que o lazer assumisse características mais dinâmicas que culminaram na sua transformação em um elemento de consumo. Porém, apesar da possibilidade de sua utilização para fins político-ideológicos, entende-se que a viagem turística se estendeu a todas as populações, variando de acordo com sua classe social e implicando em diferenças também no consumo turístico das mesmas.

Estas diferenças podem orientar as perspectivas que realçam as características de determinadas sociedades onde o modo de vida baseada em atividades tradicionais, é reordenado em função de um processo de desenvolvimento. No caso deste estudo, traduzido na prática de

uma forma determinada de turismo a perspectiva de desenvolvimento reorienta a organização do tempo e do espaço, influenciando principalmente as práticas tradicionais e promovendo as mudanças sociais.

Estas considerações subsidiam a questão central deste estudo que tem como base empírica a comunidade do Caraparu, localizada no município de Santa Izabel do Pará e as novas relações sociais decorrentes principalmente da prática do turismo enquanto potencial gerador de desenvolvimento. O debate realizado até então, apesar de não dar conta da discussão epistemológica atinente ao conceito de desenvolvimento tenta realçar alguns pontos importantes na relação existente entre turismo e mudança nessa perspectiva.

O turismo por si só apresenta uma natureza multifacetada, denotando para seu funcionamento a produção de efeitos de natureza social, cultural e econômica, e é considerado como uma real possibilidade de desenvolvimento sócio-econômico para diversas sociedades. Entretanto, a perspectiva de sustentabilidade sócio-ambiental (RODRIGUES, 1996), baseada na observância da conjugação de interesses de visitantes e comunidade receptora tem sido realçada em vários estudos a fim de evitar que, com base numa determinada concepção de desenvolvimento, as tradições e referências dessas comunidades venham a ser destruídas.

No Brasil centenas de lugarejos são classificados pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) como lugares de potencial turístico, o que significa que apesar de não serem considerados lugares turísticos do ponto de vista oficial, propiciam grande fascínio devido aos encantos naturais, históricos, artísticos e/ou culturais que possuem. Sua principal característica está no fluxo de visitantes realizado em pequena escala e que em geral não produz depredação de recursos paisagísticos.

Entretanto, na maioria dos casos, essas comunidades passam a incorporar elementos que possam mobilizar numa escala cada vez maior a atividade turística e que em geral vai se pautar numa lógica de uso e descarte e de sazonalidade. O turismo nesses casos, não mais se reverte em possibilidade de desenvolvimento sócio-econômico, ao contrário, contribui para a deterioração das tradicionais formas de sobrevivência de parte significativa da população residente, especialmente daquelas ligadas a pesca e a agricultura. Nesse contexto, a influência de práticas relacionadas ao turismo na redefinição sócio-ambiental de determinados espaços tem suscitado observações, discussões e análises do mesmo enquanto agente “modernizador” ou de desenvolvimento.

Essas discussões reveladas em geral por pesquisas antropológicas e sociológicas mostram que, a convivência entre o visitante e o habitante das áreas receptoras muitas vezes é marcada por extremas complexidades. Ao analisar essa questão, Barreto (1995) afirma que esses problemas são decorrentes de uma prática de turismo sedentário onde o turista é apenas mais um elemento que compõe a paisagem. Essa prática vem ao longo do tempo tentando ser superada pelos defensores de um turismo mais alocêntrico, ou seja, onde haja uma convivência real entre o turista e o núcleo receptor.

Enquanto isso não ocorre, permanece uma tendência de instabilidade percebida na maioria dos estudos. Para Ruschmann (1994), inicialmente ocorre um momento de euforia por parte do núcleo receptor, seguindo-se de uma etapa de apatia onde o turista é visto apenas como objeto de lucro. E finalmente a etapa de irritação, onde o turista e o turismo são vistos como culpados por todos os problemas sociais da comunidade.

Além disso, com as novas demandas sociais que vem sendo criadas pela atualidade nos diversos setores da sociedade e ainda pela necessidade de dinamizar as formas de sobrevivência, também são criadas novas exigências de produtividade crescente, inclusive na chamada indústria do turismo. Isso significa que na atualidade, as mudanças em curso ensejam novas dinâmicas que trazem subjacentemente a necessidade de desenvolvimento. Isso faz com que as comunidades com potencial turístico se coloquem perante os agentes de atividades econômicas, seja público ou privado, como possíveis geradoras de desenvolvimento econômico, estimulando o surgimento de uma verdadeira cultura do turismo, entendido aqui como uma mercadoria.

Para Rodrigues (1996) esse turismo enquanto mercadoria caracteriza-se pelo uso “efêmero do território” que passa a ter sua paisagem valorada. Essa valoração vai sendo redimensionada à medida que esses espaços vão assumindo novas características através da construção de portos, museus, pousadas, etc. Dessa forma, para Rodrigues (1996) a natureza e a produção social incorporada à ela proporcionam o consumo desse espaço, constituindo-se na característica essencial do turismo enquanto mercadoria.

O espaço portanto, à medida que vai incorporando um conjunto de bens e serviços, vai assumindo também características de objeto, propiciando cada vez mais produção e comercialização. É dessa forma que vai se estruturando a denominada indústria do turismo, quando, segundo Rodrigues (1996) vão se alterando a concepção de natureza dos moradores das áreas “produzidas” por essa indústria e pelo consumo do turismo. Assim como vão ocorrendo também mudanças no espaço construído, nas relações de trabalho e nas relações sociais.

Isso remete a uma abordagem do turismo a partir de um viés cada vez mais econômico que surge principalmente a partir de sua influência na redefinição sócio-econômica dos espaços denominados de áreas receptoras. Essas áreas passam a incorporar o turismo a partir da implantação de equipamentos como bares, restaurantes e meios de hospedagem variados, além de outros equipamentos públicos e empresariais. Em geral, com o tempo esses espaços tornam-se saturados devido às formas inadequadas de uso que não consideram sua longevidade.

Nesse processo, a saturação de uma área propicia uma necessária expansão ou incorporação cada vez maior de novas áreas exploráveis que vão sendo influenciadas como locais de turismo cíclico e veraneio.

Um outro fator presente na relação entre turismo e desenvolvimento é a forma como o mesmo está ligado à construção de conhecimentos e habilidades. Sua inserção no mundo moderno requer que se desenvolvam todas as potencialidades a fim de responder com alternativas de superação os desafios que estão postos. Percebido dessa forma pelos atores sociais envolvidos, passa-se a criar condições favoráveis à sua emergência e/ou consolidação através de ações inovadoras baseadas principalmente nas noções do empreendedorismo.

Esse empreendedorismo em turismo, é visto sempre como algo que demanda poucos recursos e uma grande sensibilidade para perceber boas oportunidades. Empreendimentos que na condição de potenciais geradores de desenvolvimento econômico vão alcançando destaque inclusive na articulação interdisciplinar de programas acadêmicos voltados para essa área. Uma concepção que leva a uma certa naturalização que encobre o turismo (RIBEIRO et al., 1996) e que tende a dificultar, concretamente, a percepção de seus vínculos com práticas estritamente econômicas.

Promove-se cada vez mais o desenvolvimento de habilidades voltadas à nova configuração sócio-econômica da contemporaneidade, baseado na grande propagação de ações inovadoras. Ao conceituar a inovação Capel (1998) afirma que “em su sentido mas amplio, como cualquier novedad que no existia antes o, de forma mas concreta, como innovación política, social, econômica, científica e técnica”. A inovação portanto deve se relacionar a novos referenciais de condução, criando uma ambiência favorável ao desenvolvimento de potencialidades dos atores locais, que devem ser estimuladas de acordo com as especificidades de um determinado espaço.

Para Ribeiro (1996), no turismo, o uso transitório de equipamentos e serviços necessita ser permanentemente recriado, seja através da atração de novos consumidores para a mesma estrutura de oferta, seja, alternativamente, da venda de inovações aos mesmos contingentes.

Independente das teorias de inovação ou recriação, o turismo enquanto uma expressão significativa do lazer, conquistado como um direito de todo e qualquer cidadão, foi sofrendo uma grande diversificação. Nesse bojo, insere-se a excursão de um dia que passou a usufruir da infraestrutura turística das áreas receptoras, destacando-se como uma de suas modalidades mais populares e sobre a qual esse capítulo passa a discutir de forma mais específica abordando experiências já estudadas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belém.

Essas excursões pelo fato de incluírem deslocamento do domicílio, para Rodrigues (1997) podem sim expressar uma forma de turismo, o chamado “turismo de um dia”. Ao caracterizar essa modalidade como uma prática comum nas grandes cidades, a autora justifica sua afirmativa exatamente na discussão já feita acima por outros autores de que, para determinados setores da população a viagem é compreendida como uma necessidade de fuga do ambiente urbano. Em geral, esses setores vivem em péssimas condições e onde proliferam os bairros periféricos.

Dessa forma, a própria “indústria do turismo” ao enxergar essa população também como potencial consumidora acaba sustentando uma ideologia na qual está assentado o turismo de massa. Uma ideologia que incentiva a busca de ambientes diferentes do cotidiano tendo como recurso mais atrativo a natureza, aliada às estruturas de praias e balneários com facilidade de acesso. Para Silveira (1997), isso leva a uma produção de lugares turísticos, alicerçada, em grande parte, na elaboração de um discurso, que contribui para uma coisificação e uma fetichização de certos pontos do território.

Por outro lado, de acordo com discussões já realizadas neste capítulo, viu-se que historicamente a viagem foi um bem negado a determinadas parcelas da população, notadamente aquelas mais desprovidas de recursos financeiros. Isso se explica pela afirmação de Barreto (1995) de que o surgimento do turismo não foi um fato isolado e que o mesmo sempre esteve ligado ao modo de produção e ao desenvolvimento tecnológico. Dessa forma, também historicamente o modo de produção determina quem viaja e o desenvolvimento tecnológico determina como fazê-la.

Esse contexto histórico que permeou a trajetória do turismo, na visão de Rodrigues (1997) contribuiu muito para a discriminação social que ocorre ainda hoje nesse setor. Isso resultou numa diversificação cada vez maior nos tipos de deslocamentos para fora do local de habitação

cotidiana em busca de descanso e lazer. Para a autora, isso ficou expresso a partir da década de noventa quando se verificou um crescimento substancial das excursões de um dia, resultado também da popularização do turismo que desde antes havia passado a ser visto como um direito e um bem acessível a todos.

Segundo observa Rodrigues (1997), essa modalidade de turismo, que não se encontra subordinada a agências institucionalizadas, engrossou o chamado “setor informal da economia”. Sua origem se relacionou inicialmente às tradicionais peregrinações religiosas, posteriormente às viagens ao litoral e mais recentemente, às facilidades de acesso das estâncias e balneários turísticos.

Devido a pouca ocorrência de pesquisas que analisem essa prática de turismo, vale dedicar atenção ao estudo realizado por Rodrigues (1997) em praias do litoral, no interior de São Paulo. Nele, a clientela desta modalidade de turismo se constituiu exatamente pela população pobre – operários não-qualificados na indústria, empregados na construção civil, no setor chamado terciário inferior e empregados no setor informal da economia, entre outros. Demonstra ainda que inicialmente, estes excursionistas sofreram muitos preconceitos e foram chamados de “farofeiros” porque levavam consigo a comida para suas atividades de lazer.

Apesar disso, conforme veremos mais adiante, muitos balneários foram adequando seus custos com alimentação e outros produtos visando torná-los acessíveis a esse público. Para Rodrigues (1997) o preconceito teve origem exatamente no baixo poder de consumo e no baixo nível de educação que acarretava ainda a acusação de responsabilidade por todos os atos de vandalismo praticados nas estâncias e balneários durante o tempo de sua permanência. Partindo do estado de São Paulo a experiência mais significativa dessa modalidade de turismo, observar-se-á a partir de agora com base no estudo de Rodrigues (1997) algumas características dessa prática.

De acordo com a realidade geral, o domingo é o dia de lazer por excelência das populações pobres de São Paulo, e é nesse dia que elas se dirigem para a baixada santista, privilegiada por seus quilômetros de praias além de sua proximidade com a área metropolitana de onde partem os maiores fluxos desses turistas. Gerando muita resistência inicialmente, o próprio poder público foi se encarregando de criar formas de conter essas demandas. O maior obstáculo enfrentado pelas mesmas foi a proibição em utilizar o estacionamento nas praias para os ônibus, seu principal meio de deslocamento, sendo penalizados com multas os responsáveis pelas excursões.

Independentemente das restrições que lhe foram impostas, esse setor foi crescendo de tal forma que ao fim da década de oitenta o mesmo poder público que o reprimira passou a estudar formas de contemplá-lo, promovendo-o com a adoção de políticas públicas específicas. Conforme relata Rodrigues (1997), as próprias prefeituras das áreas receptoras, com o apoio do governo do estado passaram a destinar áreas específicas para o estacionamento dos ônibus. Além disso, providenciou o atendimento de outras necessidades desses grupos como instalação de sanitários e duchas, áreas cobertas para os piqueniques, guarda-bagagem, posto de saúde, posto policial e posto de salvamento.

Na avaliação da autora, apesar de escondida sob o véu da política social já abordada em outro momento, essa preocupação em oferecer “lazer com dignidade para o povo” como dizia o próprio slogan paulista à época, expressava na verdade um interesse político-eleitoral. O principal objetivo era angariar simpatia e voto de toda uma população envolvida nesse processo. Além disso, essa política se caracterizava pela apresentação de traços segregatórios que se evidenciavam através da seleção de praias para esse público, notadamente aquelas de menor apelo paisagístico, como forma de delimitar os espaços.

Com isso, as excursões eram obrigadas a permanecer apenas em algumas áreas específicas, deixando liberadas aquelas que possuíam infra-estrutura turística formal para os consumidores de maior poder aquisitivo. Tudo isso indicava que as políticas de turismo e lazer direcionadas a população pobre, em geral, visavam outros objetivos. Com a manipulação do tempo de ócio dos indivíduos para fins político-eleitorais o poder público interferia ainda numa característica fundamental do lazer dessas pessoas, a livre escolha de suas atividades.

Por outro lado, o estudo de Rodrigues (1997) evidenciou que essa população não tinha a percepção de estar sendo segregada e em geral se mostrava bastante satisfeita com as ações do poder público. Isso porque o domingo na praia conquistado com grande esforço funcionava como uma válvula de escape para quem já vivia as tensões do cotidiano das periferias de uma grande metrópole. Ao mesmo tempo, os problemas como consumo abusivo de álcool, a violência expressa por brigas e pequenos furtos, o perigo de morte por afogamento e a depredação de equipamentos públicos eram visíveis, revelando insistentemente a realidade de seu dia-a-dia.

Com relação ao número de pessoas, o estudo mostrou que a viagem de um dia com fins de turismo e lazer constituiu-se em um fenômeno expressivo no estado de São Paulo. Para Rodrigues (1997), o acesso à viagem para o litoral e balneários turísticos, sonho vendido a baixo preço e ao mesmo tempo promotor de status social, era impossível de ser realizado por grande

parte da população se não fosse pelo sistema de “excursões piratas”. Essas excursões eram realizadas por pessoas da comunidade que fretavam ônibus de empresas que transportavam trabalhadores durante a semana e que se encontravam ociosos nos fins de semana.

Esse tipo de mobilidade não é considerado como turismo pelos critérios adotados pela OMT que o designa como excursionismo. Por outro lado, do ponto de vista teórico o turismo é permeado por contradições e limitações visto que inicialmente era caracterizado como parte do setor terciário, ou seja, comércio e serviços. Com a sua explosão no mundo enquanto fenômeno potencial gerador de divisas, passou a ser enquadrado como verdadeira indústria, acarretando grandes polêmicas em seu campo teórico e conceitual.

Para Rodrigues (1997) a insistência em atribuir ao turismo características de indústria não considerou um debate sobre a natureza do mesmo, objetivando apenas uma forma de conferir-lhe mais status e conseqüentemente maior seriedade no seu tratamento por parte do discurso oficial.

Baseado nisso, convém concordar com Rodrigues (1997) quando sustenta que férias e fins de semana fora do domicílio permanente integram, juntamente com as viagens de um dia, um fluxo com destinação específica de lazer e turismo, cujo crescimento nas últimas décadas foi notável no Brasil e em todo o mundo. Para Silveira (1997) o progresso e a maior disponibilidade dos transportes, a aceleração dos deslocamentos e a força da publicidade são elementos que convergiram para que as pessoas se tornassem mais móveis nos pólos turísticos, sendo essa mobilidade uma das principais características do turismo pós-moderno.

Ao propor uma tipologia do turismo, também Barreto (1995) defende que de acordo com a sua duração o turismo pode ser excursionista (viagem de menos de 24 horas), de fim de semana, de férias e de tempo indeterminado. Da mesma forma, a autora mostra que as classes baixas em geral só podem fazer o turismo com características de massa, ou seja, viajando de forma coletiva, em geral de ônibus fretado, fazendo excursionismo ou, no máximo, turismo de fim de semana e que vai ao encontro de destinos com grande concentração de visitantes. Vale ressaltar que esses deslocamentos assumiram maior significação nas áreas próximas às regiões metropolitanas mas que em geral são revestidas de apelos paisagísticos naturais.

O conceito de turismo adotado pela OMT, além de estar delimitado como um tipo de deslocamento para além do local de residência, indica que a atividade turística deve estar caracterizada por um período de realização que necessariamente deverá ser superior a 24 horas e inferior a 60 dias, além da sua motivação que não poderá ser por razões econômicas. Na visão de Ignarra (1999), esse conceito alcançou uma padronização nos vários países membros dessa

organização, porém, não é suficiente para definir a real magnitude do fenômeno turístico. Para ele, o visitante que viaja e permanece menos de vinte e quatro horas em localidade que não seja de sua residência fixa ou habitual, com as mesmas finalidades que caracterizam os turistas convencionais, mesmo sem pernoitar nesse local visitado é considerado turista de um dia ou excursionista.

É a partir da visão desses autores que se compreende o turismo como aqueles deslocamentos para fora do local habitual de moradia e que pressupõe a utilização de serviços e infra-estrutura identificados com a atividade turística. Porém, a OMT, ao utilizar o tempo de permanência para diferenciar esses deslocamentos dá origem às diversas categorias como excursionista, fim de semana e de férias que são as mais comuns. Nesse contexto, a categoria excursionista é ainda mais discriminada ao ser abordada por essa organização numa perspectiva de diferenciá-la da atividade turística.

Sendo este um debate ainda recorrente em turismo, demonstra toda a fragilidade em torno de sua teoria. Para Paiva (1995), o fato da OMT considerar a viagem com tempo de permanência inferior a vinte e quatro horas apenas como excursão, já mostra o grau de debilidade dessa teoria. Ao questionar esse conceito a autora aponta-o como instrumento de legitimação de uma “indústria do turismo” e afirma que o mesmo tem validade apenas para o chamado “trade turístico” (conjunto de empresas que constituem o ramo de negócios em turismo).

De fato, na prática registra-se um crescimento cada vez maior das viagens que objetivam congressos, convenções, feiras e deslocamentos intermediários entre o local de habitação fixa e o destino turístico final. Partindo da discussão feita pelos autores acima esses deslocamentos assumem cada vez mais características de viagens turísticas.

Convém ressaltar que ainda estão em debate outras categorias de turismo pois os conceitos abordados na perspectiva de diversos autores (MCINTOSH, 1993; TORRE, 1992 ; ANDRADE, 1998) não consideram as viagens com fins de negócios por exemplo como turismo. Porém, Ignarra (1999) afirma que essas viagens são responsáveis por grande parte da ocupação dos meios de transportes, dos hotéis, da estrutura de entretenimento, das locadoras de veículos e dos espaços de eventos. E todos esses elementos são considerados empreendimentos turísticos fundamentais para o seu desenvolvimento.

Como se vê, a complexidade do turismo vai gerando novas modalidades dentre as quais ressalta-se aqui o turismo de negócios e de eventos e com mais ênfase o turismo de um dia ou excursionismo.

Ocorre que devido à falta de reconhecimento pela OMT dessa modalidade de turismo, apesar de ser a única alternativa de deslocamento de seu lugar habitual com fins de lazer para uma parcela significativa da população, existem poucos estudos que possam caracterizar essa atividade. Essa falta de reconhecimento acarreta dentre outras coisas em dificuldades na mensuração dos problemas que possam estar ocorrendo nas comunidades receptoras em decorrência dessa prática. Rodrigues (1997) afirma que no Brasil, poucos são os estudos que têm focalizado tais deslocamentos e o turismo interno por eles gerado.

Em geral, as pesquisas têm se limitado à análise das perspectivas de expansão do turismo baseado em equipamentos hoteleiros e a geração de empregos daí decorrentes. Entretanto, contraditoriamente, nota-se que com a disseminação de uma cultura do turismo, o acesso às áreas de praias e balneários é tornado possível principalmente através da construção e incrementação da rede rodoviária. Vendida através do próprio poder público como fator de atração de fluxos de lazer e turismo a serem gerados nessas regiões, a acessibilidade assume tanta importância quanto o atrativo principal.

Acredita-se que o turismo seja um fenômeno não somente pelas cifras vultosas que tem alcançado no campo financeiro mas também devido às formas distintas e intensas com que se apresenta. Até há pouco tempo, quase nenhum interesse despertava seja do ponto de vista acadêmico seja governamental, inexistindo até hoje estatísticas que facilitem estudos sobre importantes modalidades do mesmo. Entretanto, as conseqüências de sua expansão acelerada que gera entre outras coisas a intensificação de fluxos rodoviários, expansão da urbanização, criação de novas atividades e abandono de atividades tradicionais tem provocado a necessidade de estudos sistemáticos.

Cabe ressaltar que o fenômeno do turismo de massa no Brasil passou a ser incentivado a partir das políticas de modernização da indústria, exatamente quando o país passou a se inserir na divisão internacional do trabalho. Para Rodrigues (1997), foi no período pós J.K (1956-1960), com a difusão da ideologia nacional-desenvolvimentista durante a ditadura militar que o Brasil experimentou uma explosão na sua urbanização. Com a fase do “milagre brasileiro”, a partir de 1968, com uma grande propensão a consumir por parte das classes de renda mais elevadas registrou-se em São Paulo por exemplo, uma ocupação da orla litorânea da baixada santista com a construção das casas de segunda residência como opção de lazer e investimento da aristocracia rural residente em São Paulo.

No contexto da dinamização industrial, o setor automobilístico e paralelamente o setor rodoviário melhoraram cada vez mais. Ao proporcionar facilidades de acesso antes não existentes, para Rodrigues (1997) isso acarretava primeiramente uma intensificação dos fluxos que se dirigiam ao litoral e posteriormente a saturação do destino. Sendo o estado de São Paulo o grande símbolo das políticas desenvolvimentistas no Brasil, concorda-se com a autora quanto à intensificação dos fluxos e seus reflexos.

De fato, à medida que foram se intensificando essas políticas, áreas de lazer como a baixada santista que foi urbanizada para atender crescentes demandas, foi apresentando sinais de saturação, passando a voltar-se gradativamente para camadas de menor poder aquisitivo.

Com as facilidades de acesso cada vez maiores e a popularização dos deslocamentos para fins de turismo e lazer proporcionado ainda pela conquista de direitos sociais pelos trabalhadores, também os excursionistas vão ocupando espaço. Residindo nas periferias das grandes metrópoles, deslocando-se para lugares determinados pela elite dirigente e reproduzindo no dizer de Rodrigues (1997) a segregação espacial a que a população pobre já está condenada a viver nas metrópoles. Além disso, no caso da experiência de São Paulo, a população nativa da baixada santista que já fora expulsa dos locais nobres que antes habitava e que dera lugar às segundas residências da elite paulista, produziu as chamadas favelas.

Esses locais não possuíam nenhuma infra-estrutura, estavam constantemente sujeitos aos desmoronamentos e à elevação do custo de vida, além da convivência com a sazonalidade em função dos habitantes temporários.

Por outro lado, a prática do turismo como referência de desenvolvimento, riqueza e inovação tecnológica está bem explícita no estudo de Ribeiro (1996) sobre a forma como o mesmo é praticado na cidade do Rio de Janeiro. Sem questionamentos quanto ao modelo implantado, a cidade assumiu um padrão de lugar-turístico mundial, independentemente de suas especificidades de outrora. Segundo a autora, esse modelo que incluiu a implementação de longas vias, urbanização de praias e instalação de complexos culturais em áreas restritas constituiu-se aos poucos num espaço de convivência onde se destacaram turistas e moradores de classes privilegiadas, segregando conseqüentemente outros setores da cidade, assim como suas populações.

Partindo de uma análise do discurso de que o turismo é uma atividade altamente dinâmica e diversificada, o estudo de Ribeiro (1996) destacou que nesse campo as áreas metropolitanas se revelaram como espaços permanentes de modernização. Isso significa que essas áreas são

espaços privilegiados de inovações e re-funcionalizações devido principalmente às facilidades de acesso e circulação que lhe são próprias. Essas características revelaram uma outra face do turismo que foi a capacidade de se relacionar com atividades notadamente identificadas com o mundo dos negócios e suas ações empreendedoras.

Essa face do turismo acaba por justificar intervenções de grande porte tanto públicas quanto privadas que na visão de Ribeiro (1996), em se tratando da metrópole do Rio de Janeiro contrastam violentamente com a crise social que marca o cotidiano da cidade. Os elementos mais característicos dessa crise revelados pela autora foram o aumento da miséria, a violência e o desemprego que atingiram principalmente aquelas populações que abrigavam historicamente as classes trabalhadoras. A partir desse quadro que atingiu diretamente o sucesso do turismo enquanto atividade de negócio de ampla visibilidade, várias estratégias foram lançadas no sentido de redirecioná-lo e desviá-lo dessas mazelas.

Contando com a agilidade tecnológica dos meios de comunicação, para a autora o meio turístico encontrou formas mediadoras que favoreceram sua continuidade crescente, principalmente no campo do lazer e usufruto do tempo livre. Essas formas se expressaram na possibilidade de convivência harmônica entre a crise e a inovação, à medida que o Rio de Janeiro se manteve numa posição destacada se comparado com outras metrópoles brasileiras, em relação aos fluxos externos e movimentação nacional e internacional nos terminais de trânsito. Essas técnicas se revelaram principalmente na capacidade de direcionar esses fluxos para espaços consolidados e assumidos por uma diretriz de planejamento, afirmando definitivamente um projeto de modernidade.

Recorrendo ainda a um estudo que analisou a experiência do turismo praticado na ilha do Mosqueiro-Belém (FERNANDES, 2001), percebe-se que somente com a inauguração da ponte Sebastião R. de Oliveira em 12 de janeiro de 1976, sobre o vão do furo das marinhas, essa ilha passou a ficar mais próxima de Belém. Sobretudo pela diminuição do tempo de chegada nas praias, foi a partir desse momento que a ilha tornou-se o local de lazer mais importante da região metropolitana. Essa acessibilidade promoveu a valorização urbana da ilha e um crescimento imobiliário sem precedentes por toda a extensão noroeste de sua orla.

Gradativamente, foram construídos novos hotéis, condomínios e restaurantes, com o objetivo de suportar a crescente demanda de veranistas. A população aumentou e com ela os agravos sócio-ambientais também foram se intensificando. Segundo Fernandes, (2001) nas últimas décadas a ilha do Mosqueiro passou por transformações urbanísticas que promoveram

alterações sensíveis aos seus ecossistemas. Essas transformações envolveram sobretudo o desmatamento da orla e a poluição dos rios, assim como o abandono de práticas tradicionais de sobrevivência como a pesca e a agricultura.

Trata-se de um caso onde os problemas surgiram a partir da prática do turismo de segunda residência fomentado com as facilidades de acesso que foram proporcionadas. A partir de 1998, com a quebra do monopólio da empresa que fazia o transporte coletivo para a ilha, a passagem passou a vigorar com o mesmo preço praticado em Belém facilitando ainda mais o deslocamento de um público que foi se diversificando aceleradamente.

Tudo isso considerado, observa-se de modo geral que o desenvolvimento esperado pelo turismo está ligado a uma visão conceitual tradicional que destaca o viés econômico e a modernização tecnológica como seus pressupostos. Ao tratar de uma visão mais complexa de desenvolvimento, que aborde também a problemática social que o envolve, verifica-se que o turismo não tem conseguido se consolidar enquanto referência para a superação de problemas e alcance de condições favoráveis às relações sócio-ambientais, econômicas e culturais. Ao contrário, o saldo das perdas sócio-ambientais parece mais significativo que o questionável mérito de ter incorporado as regiões receptoras à realidade das sociedades urbano-industriais.

De fato, no decorrer da história, os movimentos que se deram nos vários campos da indústria como as inovações tecnológicas, tiveram forte influência sobre o turismo que foi atingindo aos poucos um grande crescimento. Porém, esse crescimento tem sido alvo de questionamentos devido a grande contradição presente em sua trajetória. Contradição esta marcada tanto pelas características que lhe são atribuídas enquanto alternativa de desenvolvimento e geração de emprego e renda, quanto aquelas que acentuam as desigualdades e a falta de preservação ambiental nas comunidades receptoras.

Nesse contexto, várias teorias concorrem com o objetivo de explicar a problemática do turismo. Para efeito desse estudo considera-se mais importantes àquelas adotadas por Beni (1990), Molina (1987) e Ascanio (1992). A teoria do sistema turístico (SISTUR), proposta por Beni (1990) consiste na identificação de oferta e demanda convergindo para o mercado dentro de um círculo de produção, distribuição e consumo. O amparo desse círculo se dá pela superestrutura jurídico-administrativa e pela infra-estrutura básica de acesso e urbana.

Sendo esta uma das teorias mais difundidas nos estudos do turismo atualmente, podemos destacar três grandes conjuntos que compõe o seu círculo de produção sendo o das relações ambientais aquele onde, ao seu redor, transitam os demais como o subsistemas ecológico, social,

econômico e cultural; além deste, o conjunto das ações operacionais envolve os subsistemas responsáveis pela produção, distribuição e consumo atuantes na atividade turística e, por fim, aquele que é composto pelas demandas jurídico-administrativa, bem como toda a base material do sistema turístico que é o conjunto da organização estrutural (BENI, 1990).

A proposta de estudo de Molina (1991) substituiu efetivamente os modelos econômicos de explicação do turismo. Seguindo o debate feito por estudiosos de raízes teóricas identificadas com o marxismo, ele destaca que a relevância contemporânea do fenômeno turístico não pode ser explicada somente a partir do pressuposto econômico.

Esse modelo, denominado de fenomenológico, destaca que o turismo tem no lazer o seu ponto de partida mas que não pode operacionalizar-se sem as realizações materiais da cultura, ou seja, o trabalho. Da mesma forma, as manifestações dessa cultura e suas conseqüências ideológicas, políticas, econômicas, sociais e ecológicas constituem elementos intrínsecos do turismo. Identifica-se portanto uma visão que afirma o turismo enquanto fenômeno social ao mesmo tempo em que reconhece sua capacidade econômica.

Já no modelo proposto por Ascanio (1992), o estudo do comportamento do viajante e dos anfitriões constitui a verdadeira ciência social da viagem à medida que descobre e explica as relações internas e externas dos diferentes tipos de turismo e seus efeitos. Para ele, as possíveis repercussões da viagem enquanto fenômeno demográfico, num espaço geralmente frágil, constitui-se no principal elemento desse debate.

Partindo dos modelos propostos principalmente por Molina (1991) e Ascanio (1992), interessa saber como o turismo vai se apropriando de determinados espaços e quais as mudanças mais comuns decorrentes de sua transformação em destinos turísticos. Ao tratar de um estudo de caso, as características peculiares dessa modalidade de turismo estarão sendo abordadas no município de Santa Izabel do Pará que mantém profundas proximidades com os municípios que compõem a região metropolitana de Belém. Pretende-se considerar a existência de um fluxo turístico que vem se apresentando numa escala crescente na última década e que aponta para uma prática predatória do mesmo.

A população residente na comunidade do Caraparu é objeto dessa pesquisa principalmente pela necessidade de análise de como se formou o balneário local. Da mesma forma, é necessário traçar suas características atuais a fim de verificar de qual modo essa população vem se inserindo nesse novo contexto em que o turismo constitui-se no grande estímulo para o desenvolvimento local.

3 ESTUDO DE CASO: O TURISMO NA VILA DE CARAPARU

3.1 SANTA IZABEL DO PARÁ

Após essas reflexões, tratar-se-á especificamente de avaliar a experiência do turismo com as características discutidas acima, tomando como referência o município de Santa Izabel do Pará, onde está localizado o balneário da vila de Caraparu (Anexo A). A variedade de aspectos decorrentes da expansão dos fluxos de visitantes e a falta de informações básicas sistematizadas, não permitiram uma análise mais global do fenômeno estudado. Algumas variáveis previstas inicialmente não reuniram condições necessárias à sua análise, ao mesmo tempo em que outras surgiram no decorrer da pesquisa e devido sua importância foram utilizadas como elementos de análise do objeto proposto.

O município de Santa Izabel do Pará, localizado na microrregião de Castanhal e mesorregião metropolitana de Belém está situado a 15 km de Castanhal e 40 km de Belém e é entrecortado por duas rodovias, a BR 316 e a PA 140 que o ligam a Belém, capital do Estado, além de Vigia e Bujaru, respectivamente (Anexo B). Para Ferreira (1985) a origem do município remonta ao século XVI, quando se deu início a um caminho denominado de varadouro. Aberto pelos índios Tupinambás que habitavam a região do nordeste paraense o varadouro (Anexo C) foi utilizado pelos mesmos como forma de acesso ao atual estado do Maranhão.

Apesar das muitas investidas oficiais para transformar este caminho em uma estrada consolidada, isso foi ocorrer apenas por volta do ano de 1885. Nesse período começaram a chegar os primeiros trilhos que deram início à construção da estrada de ferro Belém-Bragança no então povoado de Benevides, do qual fazia parte as terras do atual município de Santa Izabel. O objetivo era estabelecer relações econômicas entre a capital e suas regiões vizinhas.

A historiografia do município afirma que o seu processo de colonização propiciou várias experiências de abertura de lotes agrícolas sempre com o objetivo de intensificar sua produção. Segundo Luz (1994) em uma dessas experiências foi destacado pelo governo da província o capitão Joaquim José de Ferreira que, acompanhado de sua esposa Izabel e alguns colonos se estabeleceram num acampamento situado na antiga sexta travessa, atual rua Aratanha dando origem ao povoado de Santa Izabel. Atribui-se ainda ao nome da companheira do referido capitão a origem do nome do município devido sua prática caridosa, principalmente em relação aos colonos enfermos.

A origem do nome do município possui ainda uma outra versão ligada à Santa Rainha Izabel de Portugal, com a qual o mesmo teria sido homenageado. Vale ressaltar que essa era uma ocorrência muito comum quando os colonizadores portugueses chegavam à região amazônica. Utilizavam-se de nomes de santos e santas de sua terra ou das próprias cidades que já existiam além mar, para denominar as cidades locais.

Nesse mesmo período o governo colonial já viabilizava a chegada de grupos de colonos europeus que seriam os responsáveis pela primeira tentativa oficial de ocupação daquela região, mais precisamente a denominada colônia de Benevides que à época, abrangia toda a área de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Izabel (LUZ, 1994). Com isso, os primeiros habitantes foram constituídos por franceses, alemães, italianos, espanhóis, suíços, belgas e até argentinos e americanos que devido inúmeras dificuldades, principalmente de transporte, acabaram se deslocando para Belém e desestruturando o primeiro núcleo habitacional planejado para a região.

Também devido às dificuldades de transporte, conforme afirma Ferreira (1985) várias outras tentativas de colonização que foram se sucedendo, foram também se desfazendo. Os migrantes que vinham do nordeste fugidos da seca, ao findar esse período acabavam retornando ao seu lugar de origem. Com a chegada da estrada de ferro Belém-Bragança o povoamento começou a dar sinais de consolidação devido à alternativa de transporte que se construiu e que facilitou o acesso à região.

O município de Santa Izabel portanto se desenvolveu às margens e sob a influência dessa estrada que por sua vez constituiu-se no principal elemento do processo de ocupação de toda a região bragantina.

Segundo Ferreira (1985) em 1899 o povoado de Santa Izabel foi elevado a categoria de vila pela lei nº 646 de 06 de junho do mesmo ano durante o governo de Paes de Carvalho e em 1931 passou a ser denominado de sub-prefeitura de Belém. No mesmo ano a lei nº 565 de 30 de dezembro elevou-a à categoria de município para no ano seguinte ser tornada sem efeito. Somente em 01 de dezembro de 1933 o decreto lei nº 1.110 do interventor Magalhães Barata restabeleceu de forma definitiva sua condição de município.

Mas foi o advento da estrada de ferro que possibilitou a vinda de imigrantes japoneses em meados da década de 1930 (FERREIRA, 1985), sendo estes os principais responsáveis pelo desenvolvimento do potencial agrícola local. Ao fazer uma análise das transformações ocorridas na economia rural de Santa Izabel, Luz (1994) também afirma que o município se destacou nesse período na condição de produtora de alimentos. Essa produção se destinava principalmente ao

abastecimento da capital do estado, sobressaindo-se produtos como arroz, mandioca, milho, melão e hortaliças, tendo sido este o real motivo do incentivo à sua ocupação.

O capítulo que será abordado a seguir, tratará deste período de forma mais específica, mostrando que a população do município se concentrava principalmente nas áreas rurais e se ocupava de atividades agrícolas que garantiam com sua produção o abastecimento da capital.

3.2 BREVE HISTÓRICO DAS MUDANÇAS LOCAIS

Este item será desenvolvido principalmente com base em um estudo preliminar desenvolvido por Luz (1994) que tratou das transformações ocorridas na economia rural de Santa Izabel. Além disso serão utilizadas informações coletadas em outros estudos e em jornais de grande circulação do estado, com o objetivo de caracterizar historicamente o município. A utilização do termo “ciclo” como referência aos diferentes momentos econômicos vivenciados pelo município não remete necessariamente a uma concordância com a “teoria cíclica” mas simplesmente uma forma de caracterizar a atividade econômica dominante nos vários períodos históricos citados.

Resumidamente, pode-se dizer que as primeiras mudanças vivenciadas pelo município ocorreram de forma mais explícita no campo econômico. O esgotamento do modelo da pequena produção levou ao surgimento de outras experiências baseadas nas médias propriedades, de forma que os antigos pequenos proprietários passaram a ser assalariados rurais, trabalhando nos períodos das safras das médias propriedades.

Conforme publicação que resgata a evolução econômica de Santa Izabel isso possibilitou que o município alcançasse uma grande produção de mamão, maracujá e principalmente dendê, perdurando esta dinâmica até a década de 90 (A PROVÍNCIA..., 1994). Paralelamente, iniciou-se uma produção avícola que mais tarde passou a constituir-se no principal eixo de desenvolvimento local com a instalação das granjas Pena Branca, Apil, Pindaré e Frango Americano.

Vendo isso de forma pormenorizada, o marco da primeira fase vivenciada pelo município foi até a década de 30, quando Santa Izabel alcançou definitivamente a condição de município e se organizou de forma administrativa. Nesse período, montou-se uma pequena rede de serviços vinculada à prefeitura como a usina de produção de energia, escolas, delegacia, etc. (LUZ, 1994).

Mesmo assim, apesar de já existir uma influência do comércio que se instalou na região central, sua expansão ocorreu pela produção eminentemente agrícola.

A comercialização dessa produção era realizada tanto na sede do município quanto em Belém e outros locais, e seguia uma tendência nacional da produção agrícola. Conforme Mantega (1994) naquele momento essa produção no Brasil era direcionada efetivamente para o comércio de exportação.

Com a chegada dos imigrantes japoneses na zona bragantina teve início a segunda fase de desenvolvimento de Santa Izabel. Segundo estudo efetuado por Silva (1972) a respeito da presença japonesa nessa região, depois do município de Tomé Açú, foi em Santa Izabel que ocorreu sua maior concentração. Cerca de oitenta e oito famílias com aproximadamente quatrocentos e quarenta indivíduos que formaram essa comunidade instalaram-se em lotes de 25 hectares ao longo da estrada de ferro nos limites do município.

Sobre a cultura que marcaria o início da presença dos japoneses nessa região, Maneschey (1993, p. 27) afirma:

Na parte ocidental da região, como por exemplo em Castanhal e Santa Izabel, além dos mandiocais, pode-se destacar, a partir da década de 50, a expansão da cultura da pimenta-do-reino, cujos cuidados, desde o preparo da terra até a colheita, exigem uma certa aplicação de capital.

Para Luz (1994), a infra-estrutura criada no primeiro período como a criação de escolas e de uma pequena rede de serviços de atendimento à população, foi o motivo que propiciou a fixação dessa população no município. Além das facilidades de transporte proporcionadas pela existência da estrada de ferro e das estradas estaduais e municipais que o interligavam a outros municípios da região e à sua própria zona rural.

Um dos momentos de maior possibilidade de desenvolvimento experimentado pelo município ocorreu com o cultivo da pimenta do reino, ao qual se dedicaram quase todas as famílias japonesas, principalmente aquelas oriundas do município de Tomé-Açú. Segundo Luz (1994), a transferência dessas famílias ocorreu devido a um surto de malária e a distância da capital do estado, indo se instalar em Santa Izabel onde, além da pipericultura também desenvolveram atividades ligadas a horticultura, criação de galinhas e cultura do maracujá e côco, entre outras.

Sendo o cultivo da pimenta do reino o principal investimento realizado pelos japoneses na região, Penteadó (1967) afirma que a margem de lucro obtida com este cultivo em comparação

com outras culturas era bastante atrativa, devido principalmente às facilidades de financiamento. Isso fez com que, além das cooperativas formadas por grupos de imigrantes japoneses para venda de seus produtos e aquisição de financiamentos, outros pequenos produtores locais que se dedicavam à pequena produção rural passassem a se ocupar também do cultivo da pimenta. Ao apontar para uma pequena mudança na forma de sobrevivência local, Teixeira (1981), em estudo sobre a estratégia de sobrevivência dos pequenos produtores rurais de Santa Izabel afirma que a pipericultura tornou-se, na visão dos pequenos agricultores a segunda melhor opção para evitar o assalariamento em propriedades de terceiros.

Apesar da expansão verificada na produção local de pimenta-do-reino, vale ressaltar que esse cultivo ficou concentrado na população japonesa. Os pequenos agricultores locais enfrentavam dificuldades tanto técnicas quanto financeiras exigidas por esse cultivo, para viabilizar sua produção.

Nova mudança na forma de sobrevivência dos produtores locais é apontada por Luz (1994) a partir do início da decadência do cultivo da pimenta do reino. Vale ressaltar que nesse período houve um incremento na produção local principalmente com as culturas do mamão, melão e cacau sendo que há vários registros da escolha do melão produzido no município como o melhor do Brasil em exposição nacional na década de setenta (LUZ, 1994; FERREIRA, 1985). Outras atividades de menor porte também surgiram nesse período como o beneficiamento de fibras e vegetais e a fabricação de sabão em pedra.

A partir daí, com o agravamento da crise na produção de pimenta, segundo Luz (1994) os próprios japoneses passaram a investir em outro segmento econômico que se constituiu no embrião de uma nova fase de desenvolvimento para o município, a avicultura, com a venda de pintos de um dia. Essa atividade ganhou relevância a partir da instalação das empresas Pena Branca e Apil já na década de setenta e com a estruturação de suas granjas produzindo ovos e frangos para corte em grande quantidade. Para a autora, esta atividade transformou-se em pouco tempo na base fundante do setor agro-industrial local.

Referindo-se à presença da avicultura na região nordeste paraense, Maneschy (1993, p. 27) destaca:

No ramo da avicultura, também desenvolveram-se, nas últimas décadas, explorações em moldes empresariais. Nos municípios mais a oeste da região nordeste do Pará, implantaram-se granjas para produção em larga escala, que atualmente abastecem parte significativa do mercado da capital. Constitui uma agroindústria, atuando numa base técnica mais desenvolvida, concentrando desde o preparo de rações até a seleção de matrizes, abate e comercialização, empregando trabalhadores assalariados.

A introdução de atividades ligadas à agroindústria ocorria por toda a região do nordeste paraense, porém, ao mesmo tempo, segundo Mantega (1994), o modelo de desenvolvimento econômico nacional passava por um conflito entre o grupo agro-exportador e aquele que defendia a industrialização do país. Para ele, mesmo não tendo ocorrido uma ruptura do primeiro para o segundo, a industrialização foi aos poucos ganhando espaço e inaugurando uma nova fase no país, denominada de desenvolvimentismo. Dessa forma, identifica-se uma relação entre o que acontecia na região do nordeste paraense e o que ocorria no país como um todo, ressaltando que o incentivo à migração para esta região decorria também de um projeto nacional que tinha seus reflexos locais.

Com a expansão da produção avícola que já coroava o período agro-industrial, o município mais uma vez ganhou destaque, alcançando o título de maior produtor do estado. Para Luz (1994), um dos fatores que influenciou o avanço experimentado pelo município nesse setor foi a introdução do sistema denominado de Integração Agrícola que consistia numa relação de troca entre as empresas e o pequeno produtor. Nesse sistema, que persiste até hoje, as empresas avícolas forneciam os pintos de um dia assim como assistência veterinária e ração, em troca da venda garantida dos frangos às mesmas.

Vale ressaltar que apesar desse sistema ter sido utilizado em praticamente todo o estado, até a década de noventa a maior produção avícola ocorria exatamente em Santa Izabel. O município chegou a sediar as maiores empresas do ramo como Pindaré, Apil, Pena Branca e Frango Americano.

Diante o exposto, verifica-se que esse setor foi o último responsável por significativas mudanças na dinâmica econômica local visto o grande número de mão-de-obra necessária à sua expansão. Com isso, pressupõe-se a ocorrência de mudanças também no âmbito sócio-ambiental visto que, conforme Luz (1994), a atividade recrutou mão-de-obra da área rural para a urbana, transformou os modos de trabalho tradicionais de grande parte da população e ainda redesenhou a paisagem rural com a construção de galpões e muitas áreas devastadas.

Dessa forma, as mudanças no modo de produzir no município de Santa Izabel já apontavam também para mudanças nas formas tradicionais de vida de suas populações, principalmente aquelas situadas na zona rural. Mesmo não tendo essas mudanças um caráter estrutural, já que não se percebe uma cristalização das mesmas, a instabilidade nas formas de sobrevivência que persiste até o período atual aponta para a necessidade de investigação dos

processos que tendem a descaracterizar cada vez mais o município. Para efeito deste estudo tratar-se-á daqui por diante de uma área específica de Santa Izabel, a comunidade do Caraparu, a fim de identificar as mudanças mais relevantes em seu modo de vida, ocorridas a partir do advento do turismo, enquanto atividade vista como nova perspectiva econômica.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA VILA DE CARAPARU

Este ítem tratará de descrever o local da pesquisa em seu contexto histórico, econômico e social com o objetivo de mostrar em que condições esse núcleo populacional se formou e se organizou socialmente e como se encontra na atualidade. Dado às dificuldades de informações, além da bibliografia utilizada optou-se pelo levantamento de dados históricos e do cotidiano local prioritariamente através de entrevistas junto aos moradores e da observação direta.

O distrito do Caraparu, situado ao sul do município de Santa Izabel está localizado às margens do rio de mesmo nome e constitui-se em seu aglomerado populacional mais antigo. É banhado pelo rio Caraparu, principal rio do município que nasce às margens da BR 316, em terras pertencentes à família Matsumura, próximo a Seicho-no-ie do Brasil. Segundo Oliveira (1992), durante todo o seu percurso, esse rio vai recebendo várias denominações como igarapé do babá, igarapé dos pinhais, igarapé do pontilhão, igarapé da mãe-do-pio, igarapé do uxiteua e porto das minas. Ao distar cerca de cem metros deste último, passa a receber águas do rio Maguari, um de seus principais afluentes e continua seu curso até atravessar a localidade em estudo e desaguar no rio Guamá.

Desaguando nesse rio, o Caraparu funciona como se fosse uma calha dos inúmeros igarapés que surgem no solo izabelense na altura da BR 316, (FERREIRA, 1985). Essa característica possibilitou sua conseqüente utilização para fins de acesso a outros municípios, inclusive a capital e levou a uma concentração de famílias que foram se instalando às suas margens. Constituiu-se assim gradativamente no maior distrito do município formado por várias comunidades entre elas: Caraparu, Conceição do Itá, Carmo, Macapazinho, Cacau e Feijoal (Anexo B).

Em estudo sobre a bacia do rio Caraparu, Oliveira (1992,) afirma que a área abrangida pela mesma é de grande importância para a economia do município pois é dela que provém a maior parte dos produtos agrícolas que são comercializados em sua sede e na capital destacando-se o arroz, o dendê, a mandioca e hortifrutigranjeiros.

A ocupação das comunidades situadas às margens do rio Caraparu envolve relatos de conteúdo diferenciado. Segundo moradores locais, sua origem estaria relacionada à existência de uma aldeia dos índios Tupinambás que posteriormente passou a ser habitada pela família da senhora Helena Pará. Tendo sido a propriedade passada a sra. Faro, sua família foi considerada a primeira moradora do Caraparu.

De origem portuguesa, Maria Faro, matriarca da família teria colonizado a região desde a foz do rio, na comunidade do Tacajós, até a vila do Caraparu. Ao chegar nessa vila, fundou o engenho Faro que teria se estendido para comunidades como Cacau e Jurupari. Essa região de engenhos teria sido utilizada por refugiados cabanos à época da Cabanagem que posteriormente formaram famílias na região.

Quanto à presença de aldeia dos índios Tupinambás, de fato, encontra-se em Maneschy (1993) referência a sua presença nessa região. Em estudo sobre a região nordeste paraense a autora afirma que estes índios habitaram as margens do rio Caeté, indicando que suas aldeias possam ter se espalhado por todo o nordeste paraense.

Já na historiografia local, atribui-se a origem do distrito do Caraparu também ao processo de ocupação da região nordeste paraense, porém, relacionada à presença de remanescentes de quilombos. Segundo relatos históricos de Ferreira (1985), no período da Cabanagem esses remanescentes teriam se refugiado seguindo o curso dos rios Caraparu e Itá em função da repressão do governo regencial de Padre Feijó.

Contribuí para essa tese a afirmação de Salles (1998) de que negros quilombolas e índios destribalizados teriam participado ativamente da cabanagem, tida como a maior revolução popular da Amazônia, ocorrida por volta de 1835. Para Ferreira (1985) a vila de Caraparu teria sido ponto de referência geográfica importante para a cabanagem, tendo abrigado em determinado momento um dos irmãos Vinagre e o cônego Batista Campos, importantes líderes daquele movimento.

Segundo levantamentos realizados pela secretaria de cultura do município a história da vila do Caraparu está estreitamente vinculada ao processo de distribuição do quilombo do Cuxiú no Alto Guamá, além de outros grupos de escravos. Devido sua navegabilidade o rio foi utilizado como caminho fluvial e teve grande importância na distribuição da população negra remanescente de quilombo que se organizou em forma de mocambos. A partir do segundo quartel do século XIX esses grupos foram se concentrando nas localidades de Conceição do Itá, Tacajós,

Macapazinho e Feijoal, dando origem a maioria das comunidades localizadas às margens do Caraparu.

Culturalmente, observa-se que a população que habita essas localidades possui traços indígenas como a fabricação da farinha de mandioca que se mantém como meio de subsistência. Acredita-se que a religião católica se consolidou devido a forte influência da colonização portuguesa, porém, sem desaparecer os rituais de origem africana que ainda permanecem em algumas comunidades.

De fato, o catolicismo teve papel importante no reagrupamento dos negros quilombolas refugiados ao longo do Caraparu visto que, segundo Ferreira (1985), estes foram os responsáveis pela construção da primeira igreja que posteriormente deu origem ao Círio de Nossa Senhora da Conceição. A construção da igreja ocorreu no ano de 1905 e em 1918 foi realizado o primeiro círio que percorreu as águas desse rio desde a comunidade do Cacau até a vila de Caraparu.

Ao analisar a formação histórica do nordeste paraense, região a qual está ligada oficialmente o município de Santa Izabel, Maneschy (1993, p. 54) afirma que a região foi também espaço geográfico de produção da cana-de-açúcar, tendo havido escravidão de negros africanos:

Em meados do século XVIII, as áreas coloniais funcionavam ainda basicamente enquanto instrumentos da acumulação primitiva do capital europeu. Por conseqüência, introduziu-se o trabalho escravo dos negros africanos, dedicados principalmente às culturas de exportação, cujos produtos vinham aliar-se às drogas do sertão. Também, por conseqüência, refluíu o cativo indígena. Índios, mestiços e colonos açorianos dedicados à pesca e à agricultura de subsistência passaram a complementar o quadro econômico fornecendo alimentos para o consumo interno da colônia. O nordeste do Pará inseriu-se na divisão regional do trabalho, sobressaindo-lhe a oferta de alimentos.

O que se conclui é que as versões existentes a respeito da colonização do Caraparu não se contradizem, ao invés disso se complementam. Baseado em estudo de Maneschy (1993), pode-se dizer que a colonização dessa região contou tanto com a presença dos índios Tupinambás quanto de negros escravizados. Por não ser este o objetivo principal desse trabalho, observa-se apenas a necessidade de um estudo específico que dê conta de uma reconstituição mais apurada a respeito da colonização do Caraparu.

De todo modo, as comunidades foram se formando ao longo do rio Caraparu e historicamente sobreviveram com a prática da agricultura e posteriormente da extração mineral, esta última com a retirada de pedra. Além disso, a caça e a pesca artesanal eram praticadas com fins de subsistência.

Foi com essas características que o distrito do Caraparu foi sendo povoado, chegando a possuir a concentração populacional mais numerosa do município. De acordo com o IBGE (2000), sua população constitui-se de 6.300 moradores na área urbana e 5.492 na área rural. Na vila homônima e objeto desse estudo encontram-se 731 moradores divididos em 367 homens e 364 mulheres.

Desde o início da colonização do Caraparu o rio foi utilizado como lugar de trabalho e meio de transporte para o escoamento da produção agrícola dos habitantes de suas vilas. De acordo com moradores locais, com a sua descoberta primeiramente pelos romeiros, aos poucos foram surgindo equipamentos como bares e restaurantes com o objetivo de atender um público que passou a se deslocar para a vila do Caraparu no período do círio local. Com isso, o rio passou a ter também a função de área de lazer e de consumo, à medida que foram se agregando a isso outros fatores que passaram a exercer um poder atrativo para um fluxo cada vez maior de visitantes.

Conforme se observou junto ao cotidiano dos moradores da vila, a sobrevivência da população ainda se dá basicamente com o objetivo de subsistência. Apesar do expressivo aumento dos pequenos comércios apontado pelos moradores, estes permanecem fechados durante a semana e muitas vezes só abrem aos finais de semana dos períodos de férias. Além de refletir a importância da presença dos turistas para a economia da vila, esse fator remete também aos problemas enfrentados atualmente com a sazonalidade.

Uma das principais características da vila atualmente, as atividades sazonais surgem em função dos fluxos de visitantes que se intensificam nos períodos de veraneio. É nesse momento que muitos moradores passam a investir em atividades de trabalho que vão além da sua prática cotidiana, que por sua vez chega a ser abandonada durante esse período.

Ao verificar as ocupações dos moradores da vila, destaca-se que a população jovem em sua grande maioria atua em atividades como pequenas vendas e trabalho em casa de família na sede do município. Atualmente, suas expectativas giram em torno das alternativas de trabalho surgidas durante o veraneio e que podem tornar-se parte do cotidiano caso o turismo se desenvolva num ritmo ascendente. Notadamente, essas atividades são o trabalho de garçon e garçonete, cozinheiras, serviços de limpeza e vigilância nos bares e restaurantes situados na orla da vila.

Todavia, segundo moradores mais antigos a falta de continuidade nas atividades tradicionais já vinha ocorrendo desde a instalação do setor avícola no município. Para eles, a

condição de assalariado atraiu principalmente a mão-de-obra jovem e masculina que aos poucos foi se retirando da agricultura e da criação de pequenos animais, com exceção da criação de pintos de um dia dentro do sistema de integração agrícola.

A pesca de subsistência também foi uma atividade tradicional responsável pelo abastecimento interno de pescado. Isso porque no passado o uso do rio era fundamentalmente para o trabalho, transporte e o lazer dos moradores possibilitando que a pesca fosse uma prática comum na complementação de suas formas de sobrevivência.

Um outro fator que caracterizou a organização inicial da vila foi a inexistência de casas comerciais. A compra de produtos complementares à sua manutenção era feita na sede do município no momento da comercialização de sua produção agrícola. Com a introdução das primeiras atividades assalariadas no setor avícola surgiram também os primeiros estabelecimentos comerciais.

Ao analisar as mudanças ocorridas na comunidade pesqueira da vila de Ajuruteua, Maneschy (1993) observou que os primeiros moradores a colocar mercearias no local foram os filhos de seus fundadores. Da mesma forma, na Vila de Caraparu os primeiros comércios também surgiram a partir da família Faro, considerada uma de suas fundadoras. Desse modo, o sr. Raimundo Faro de 75 anos, é considerado o pioneiro na construção de casa comercial na vila utilizando material simples e com objetivo de atender aos moradores e poucos visitantes nos finais de semana.

Segundo seu Raimundo, como a renda obtida com o comércio na vila era inexpressiva, permaneceu durante muito tempo como uma atividade secundária. Foi a partir da década de noventa, com a gradativa transformação da vila em balneário, que foi verificado um crescimento do número de estabelecimentos. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (IBGE, 1980) todo o distrito do Caraparu, formado por vinte comunidades, possuía trinta estabelecimentos comerciais e atualmente, conforme levantamento de campo, somente na orla da vila existem dezessete, incluindo bares e restaurantes.

Quanto à ocupação da vila, observa-se que muitas famílias fecharam suas casas indo morar em outros locais. Para alguns moradores isso caracteriza a vila como um local de veraneio. Segundo eles, é durante esse período e ainda no cívico que essas casas são abertas novamente seja por seus proprietários, seja por pessoas que alugam essas residências.

Segundo levantamento realizado pela organização Ver-o-Verde, formada por moradores do Caraparu, também cresceu o número de casas de pessoas de fora da comunidade nos últimos

anos. Muitos moradores que possuíam grandes quintais fizeram pequenos loteamentos com o objetivo de construir outras casas e alugar para visitantes no período de veraneio. Além disso, as casas de madeira dos moradores que possuíam grande distância entre si estão hoje muito próximas umas das outras devido ao aumento do número de residências de pessoas de fora, e que em geral, constróem em alvenaria, imprimindo mais um diferencial na paisagem original.

Muitos moradores da vila afirmaram ainda ter vendido suas terras situadas ao longo do leito do rio para fazendeiros desenvolverem atividades agropecuárias. Isso indica a existência de comercialização das terras no distrito do Caraparu, porém, o que ocorre com mais frequência é que essas terras sejam repassadas de pai para filho ou outro grau de parentesco.

Um outro elemento presente no cotidiano local, é a poluição, já que todos os moradores apontam o rio Caraparu como sua maior riqueza e conseqüentemente sua maior preocupação. Isso ocorre principalmente devido ao escoamento do lixo que é deixado pelos visitantes e que é destinado na maioria das vezes para o próprio rio. Essa preocupação está explícita na existência de duas associações voltadas quase exclusivamente para o trabalho voluntário de retirada do lixo, sempre às segundas-feiras.

Porém, na própria fala dos moradores detectou-se outros fatores causadores de problemas ambientais na comunidade. Dentre esses, destacaram-se o desmatamento, com a retirada de madeira da mata para o feitiço do carvão e o empobrecimento do solo causado pela retirada de grande quantidade de pedra para comercialização. Além disso, o desmatamento para fins agropecuários e para a construção de galpões das várias granjas instaladas na região, também merece destaque.

Vale ressaltar que não se sabe em que medida esses fatores causam problemas diretamente à vila do Caraparu. Se é verdade que a retirada de lixo do rio reflete o grau de poluição do mesmo, por objetos característicos do consumo turístico como garrafas e copos, tanto de vidro quanto descartáveis, além de sacos e embalagens plásticas, não se poderia dizer o mesmo com relação aos outros fatores. Observou-se que essas atividades foram citadas de forma recorrente na fala dos moradores, porém não foi encontrado nenhum levantamento técnico-científico com o objetivo de medir essa problemática.

Quanto a sua formação cultural, apesar de existirem poucos registros históricos que tratem sobre isso, a vila do Caraparu expressa uma riqueza bastante significativa. Segundo moradores mais antigos, apesar da predominância do catolicismo, ocorre uma nítida mesclagem entre as

divindades católicas, africanas e indígenas. Devido a forte influência dos ritos africanos presentes na origem da vila, os cultos afros são bastante característicos da religiosidade local.

Assim também o catolicismo com a forte presença do tradicional Círio Fluvial de Nossa Senhora da Conceição que é realizado no rio Caraparu todo dia oito de dezembro reunindo milhares de pessoas de todo o Estado. Percebeu-se que grande parte dos moradores considerou o Círio como o primeiro atrativo da Vila, levando os romeiros a divulgarem a beleza e a tranqüilidade do local. O primeiro círio foi realizado em 1918 e segundo Ferreira (1985) “eram feitos em canoas, passando depois a ser conduzidos por gôndolas puxadas por escaler a remo e homens vestidos a Marujá”.

Conforme foi visto no capítulo anterior, o município de Santa Izabel passou por vários ciclos econômicos que paulatinamente foram atingindo fases de esgotamento. Dentro desse contexto, a vila do Caraparu também vivenciou vários processos de mudanças decorrentes de uma integração cada vez maior com essa dinâmica geral do município. Atualmente, com a experiência do turismo e uma influência cada vez maior da região metropolitana de Belém, percebe-se claramente novas características que foram se agregando ao cotidiano local.

3.4 O TURISMO NA VILA DE CARAPARU

Com base essencialmente em levantamento de campo, a pesquisa buscou coletar informações principalmente a respeito da prática do turismo na vila do Caraparu. Foram utilizados questionários elaborados com questões fechadas e abertas sendo que estas últimas propiciavam oportunidade para o relato de ocorrências dignas de citações mais elaboradas. Estas deveriam se referir preferencialmente a respeito das mudanças e problemas percebidos a partir da prática do turismo na vila.

Os universos foram formados por amostras escolhidas de forma aleatória entre os visitantes, durante finais de semana de julho e período do círio, tendo como único requisito ser proveniente de outro município. Quanto aos moradores, procurou-se atender o critério da idade, sendo o alvo preferencial as pessoas consideradas idosas, com mais de 60 anos. Utilizou-se ainda o procedimento da observação direta em vários momentos e a coleta de informações aleatórias quando se fez o reconhecimento dos atrativos ofertados pelo município.

A consulta aos órgãos públicos que inicialmente objetivava apenas coletar informações documentais evoluiu para entrevistas envolvendo gestores do município. Os últimos grupos

selecionados eram formados por proprietários de estabelecimentos comerciais, essencialmente aqueles localizados na orla do balneário e membros de entidades civis existentes na vila.

O interesse em saber como o turismo vem sendo praticado na vila do Caraparu também pela ótica dos atores locais, objetivou oferecer subsídio a uma análise mais qualitativa a respeito das mudanças que possam estar ocorrendo na comunidade em função dessa prática.

Ressalta-se que algumas informações tratam sobre os atrativos oferecidos pelo município, referindo-se posteriormente de forma mais específica apenas à comunidade do Caraparu. Essa por sua vez, para efeito desse estudo recebe tanto a denominação de comunidade quanto de vila ao se referir à área da pesquisa. Quando se utiliza o termo distrito, remete a divisão territorial do município utilizada pelo IBGE e engloba todas as comunidades situadas às margens do Caraparu.

O levantamento de campo foi realizado inicialmente em julho de 2002, em pleno veraneio e contou com reconhecimento dos atrativos oferecidos na divulgação turística feita pela prefeitura local (Anexo D) assim como entrevistas junto aos órgãos responsáveis pela mesma. Nesse momento, também foi realizada a coleta dos primeiros relatos de moradores da vila de Caraparu, divididos em dois pequenos grupos de jovens e idosos, assim como de alguns visitantes. Em dezembro de 2002, durante o Círio da Conceição que acontece nas águas desse rio todos os anos, deu-se a segunda etapa do trabalho de campo quando foi ouvido através de questionários um outro grupo de moradores, dessa vez bastante diversificado, além de outros visitantes.

Dando continuidade ao trabalho de campo, em julho de 2003 foi realizada mais uma coleta de informações através de relatos de moradores, finalizando em outubro e novembro de 2003 com entrevistas realizadas junto a proprietários de estabelecimentos comerciais e membros de entidades civis.

Com o objetivo de interligar as diversas regiões, várias rodovias foram construídas no interior do estado dentre elas a PA 140, que liga o centro da cidade de Santa Izabel ao ramal de entrada da comunidade do Caraparu. Ao tratar sobre a construção dessas rodovias no processo de desenvolvimento da região bragantina, Maneschy (1993) afirma que a construção das mesmas a partir da década de 50, permitiu a valorização das terras situadas próximo à área metropolitana de Belém. No caso de Santa Izabel do Pará proporcionou ainda melhorias para o deslocamento dos moradores e de sua produção, e mais tarde para os visitantes, com interesse principalmente no lazer às margens do rio Caraparu.

Em relação à evolução do sistema rodoviário no município Ferreira (1985, p. 152) o descreve da seguinte forma:

Nos primórdios de Santa Izabel o cavalo e o burro eram os únicos meios de transportes. O cavalo era o transportar de pessoas que viajavam de Belém, Benevides ou Benfica até esta localidade. Quando chegou a linha ferroviária até Benevides, isto em 1884, continuou o cavalo a sua missão de Benevides até Santa Izabel [...]. Em 1945, já cidade, ainda continuava o transporte dos produtos agrícolas em animais. Os caminhos foram transformados em estradas dando condições para a penetração do movimento rodoviário. Os produtos agrícolas começaram a ser conduzidos em caminhões.

Cinco décadas depois, no ano de 1998 um outro fator contribuiu para facilitar definitivamente o deslocamento para o município. Através da Lei de nº 4.676 o governo estadual em acordo com a Empresa de Transporte Expresso Izabelense oficializou a decisão de não recolher o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) do transporte de passageiros realizado no percurso Belém/Santa Izabel/Belém. Com isso, passou a vigorar também no percurso intermunicipal a tarifa considerada urbana, adotando os mesmos preços praticados na capital do estado.

As facilidades de deslocamento atingiram não somente os moradores locais mas também os fluxos externos, fazendo com que a vila do Caraparu, pelas características de balneário que já possuía, passasse a ser cada vez mais freqüentada por visitantes com o objetivo de lazer. Segundo informações prestadas por funcionários da empresa Izabelense, o mapa de transporte de passageiros referente aos meses de julho tem apresentado uma curva crescente nos últimos anos.

O Distrito do Caraparu é formado por várias vilas com grande potencial para o turismo, notadamente pela presença do rio navegável e de uma vegetação exuberante, típica da floresta amazônica de várzea. Mas é na vila homônima que ocorre a presença do maior fluxo de visitantes devido principalmente às facilidades de deslocamento acima citadas e às ações de infra-estrutura como a urbanização da orla do rio. Observou-se no material de divulgação do veraneio feito pela prefeitura municipal, que essa urbanização se constituiu em uma das principais ações divulgadas no sentido de consolidar o deslocamento desse fluxo e caracterizar cada vez mais a condição de balneário do local.

Segundo informações obtidas na secretaria de cultura do município, responsável também pelas ações de turismo local, o Rio Caraparu possui cerca de 20 igarapés que a cada ano ficam mais freqüentados. Mesmo assim, de acordo com seu material de divulgação, a prefeitura garante que esses igarapés ainda se destacam como opção de tranquilidade para aqueles veranistas que desejam desviar da correria das praias mais movimentadas. No verão de 2002, quando se realizou a primeira etapa dessa pesquisa, a prefeitura de Santa Izabel preparou uma vasta programação

para desenvolver durante o mês de julho objetivando receber os turistas, conforme será visto oportunamente.

Observou-se de fato, que o período de veraneio em Santa Izabel conta com uma grande movimentação nos igarapés que cortam a cidade e segundo o prefeito local a vila de Caraparu despontou como um dos balneários mais procurados do estado. Naquele momento, a prefeitura anunciava esse atrativo divulgando o rio de água gelada, que oferecia tranqüilidade em um balneário “quase deserto”. A proximidade de Belém era o principal elemento de transformação dos igarapés do município em refúgio para essa população, o ano inteiro.

Devido a grande oferta de balneários ao longo dos municípios que formam a região metropolitana de Belém, notou-se que a oferta de programações culturais e desportivas variadas, são utilizadas como forma de garantir a presença dos visitantes. Durante o veraneio de 2002, segundo informações da Prefeitura Municipal, foi providenciada ainda a limpeza dos balneários e das suas vias de acesso com o objetivo de “impactar positivamente” e “oferecer maior conforto” aos turistas. Segundo estimativas do Corpo de Bombeiros local, no verão de 2001 cerca de cinquenta mil pessoas foram aos igarapés izabelenses formados ao longo do rio Caraparu (O LIBERAL, 2002).

Também de acordo com informações do Corpo de Bombeiros e da Secretaria Municipal de Cultura, o balneário da vila de Caraparu é o mais procurado pelos turistas. Segundo esses órgãos somente no veraneio de 2001 essa vila chegou a receber cerca de quarenta mil pessoas originadas de Belém e demais municípios vizinhos. Em levantamento feito junto aos turistas com o objetivo de subsidiar este estudo, verificou-se que para eles, os maiores atrativos da vila são a paisagem, incluindo aí o rio Caraparu e as facilidades de acesso.

Além da vila de Caraparu outros atrativos compõem o cenário paisagístico-natural de Santa Izabel e dentre estes, o igarapé denominado Porto de Minas é um dos mais freqüentados. Localizado às margens da PA 140, possui estacionamento privativo e serviços de bar e restaurante que ajudam a compor sua orla. Por ser de propriedade particular, o local oferece sistema de segurança próprio e não permite a entrada de pessoas portando bebidas e alimentos o que caracteriza um certo grau de seletividade.

A vila do Carmo é um outro atrativo de Santa Izabel, situada às margens do rio Caraparu. Caracterizada pela tranqüilidade, essa vila é freqüentada principalmente pelos motoristas que trafegam diariamente pela PA 140. Outros atrativos com essa mesma característica são os igarapés de Conceição do Itá e São Francisco do Itá. Distantes cerca de trinta minutos da sede do

município, esses locais não possuem nenhuma infra-estrutura, dispondo apenas de áreas bem arborizadas para realização de piqueniques.

O mais novo atrativo do município é denominado de Lagoa Azul e está localizado no km 5 da rodovia PA 140. Notou-se que o igarapé foi represado no meio da mata e parte dele é formado por tabatinga, minério de cor azulada que proporciona uma tonalidade diferente à água, vindo daí a origem de sua denominação. Por situar-se numa área particular, o acesso se dá pelo pagamento de uma taxa no valor de R\$1,00 que segundo seu proprietário destina-se a manutenção do mesmo, que oferece serviços de bar e restaurante.

Vale ressaltar que a ausência de referência às populações que habitam as outras comunidades aqui citadas, decorre apenas do fato de não fazerem parte da área específica objeto desse estudo, o que não significa que elas não existam. Nesse momento a intenção foi apenas relacionar os principais atrativos turísticos do município de Santa Izabel, notadamente aqueles decorrentes da paisagem natural.

Com relação às facilidades de acesso, além da qualidade da BR 316 e da PA 140 que dão acesso ao município, à época da pesquisa, o principal fator citado foi o valor cobrado por esses deslocamentos. O acesso a Santa Izabel se dá por via rodoviária e os ônibus de caráter urbano que fazem o transporte diariamente para o local são da empresa Izabelense, num percurso que dura cerca de uma hora. A saída é do terminal urbano de São Brás, em Belém e o preço cobrado é exatamente o mesmo praticado nessa cidade.

Além dos ônibus de caráter urbano existem ainda os ônibus expressos, da mesma companhia, que saem diariamente do Terminal Rodoviário de Belém e levam cerca de quarenta e cinco minutos para chegar a Santa Izabel. Tanto os ônibus urbanos quanto expressos levam os moradores até ao mercado municipal de Santa Izabel de onde saem outros meios de transporte para os balneários, principalmente com destino a vila de Caraparu. Observou-se que na primeira etapa da pesquisa o deslocamento para os balneários era feito apenas por ônibus e atualmente já está disponível transporte alternativo como automóveis do tipo van e kombes, além de moto-táxi.

Quanto às atividades de lazer oferecidas pelos balneários, a mais citada pelos turistas na vila do Caraparu foi o passeio de canoa que percorre as águas escuras desse rio e custa cerca de dez reais com direito a paradas em lugares mais reservados para o banho no meio da mata. As refeições comercializadas nos restaurantes e bares da vila variam de preço mas em média custam R\$7,00 e foram consideradas acessíveis para a maioria dos entrevistados.

Com base nas informações obtidas junto a Secretaria de Cultura, além da paisagem natural da vila a prefeitura sempre providencia uma programação esportiva e cultural com objetivo de oferecer entretenimento aos turistas durante o veraneio. Essa programação conta com a apresentação de bandas e cantores locais, competições desportivas como campeonato de canoagem, vôlei e futebol e ainda os concorridos concursos de beleza. Segundo os organizadores dessas atividades o verão dos igarapés movimentam os principais balneários da cidade e a prefeitura já possui uma tradição no desenvolvimento de ações dessa natureza.

Mesmo com tantas atividades no sentido de envolver positivamente o público visitante, durante a realização da primeira etapa da pesquisa, no veraneio de 2002, foram registrados dois afogamentos somente no balneário do Caraparu. Segundo informações de membros da equipe do Corpo de Bombeiros de plantão no local, esse rio é considerado muito perigoso devido sua forte correnteza e por alguns trechos serem profundos, provoca surpresa a quem não o conhece. Com isso, todos os anos são registrados muitos casos de afogamento.

De acordo com relatórios da ação denominada “Operação Veraneio” realizada na Vila do Caraparu, observou-se crescimento das ocorrências registradas durante os meses de julho, conforme tabela abaixo:

Tabela1- Operação Veraneio

Ação	Nº de ocorrências
Operação veraneio 2000	20
Operação veraneio 2001	25
Operação veraneio 2002	29
* Operação veraneio 2003 (Anexo V)	68

Fonte: Comando Geral do Corpo de Bombeiro – 5ª Seção (2003)

* Fonte: 6º SGBM/Sta. Izabel

Observou-se nesses relatórios que as maiores vítimas constituem-se de crianças e adolescentes e que as pessoas responsáveis pelos mesmos encontravam-se no balneário.

Ao demonstrar a forma como o turismo vem ocorrendo no Caraparu, tornou-se importante também conhecer melhor a clientela para a qual ele se volta. Sendo na sua grande maioria proveniente dos bairros localizados na periferia de Belém e em sua região metropolitana, o público que frequenta o balneário do Caraparu no período de veraneio pertence aos baixos estratos da população. Os empregados ganham de um a três salários mínimos e detectou-se que uma pequena parte dos entrevistados encontrava-se desempregada. Suas ocupações são

consideradas mão-de-obra não-qualificada visto atuarem na construção civil, sempre como ajudantes, na prestação de serviços e no comércio.

O número de mulheres atingidas pela pesquisa demonstrou que sua ocupação se dá em geral na condição de empregada doméstica, diarista e empregada no comércio, sendo o domingo seu dia de folga por excelência. O deslocamento desse público se dá por duas formas sendo: pelo transporte intermunicipal de caráter urbano e através dos piqueniques. No caso desse último foi possível detectar a presença de grupos provenientes de Belém, Castanhal, Curuçá e até do município de Tailândia, região sul do Pará.

Para esses grupos, sem a alternativa do piquenique, o sonho e o status proporcionado pela viagem de lazer seria praticamente impossível já que um dos principais atrativos citados foi o baixo custo. Em geral os entrevistados se mostravam satisfeitos com o ambiente e afirmavam a vontade de retornar brevemente.

Todos valorizaram os aspectos ambientais relacionados à natureza, apontando prioritariamente a paz e a tranqüilidade que a permanência no local lhes proporcionava. Novamente observou-se uma contradição à medida que o espaço contava com um elevado grau de poluição sonora dada às potentes aparelhagens de som que disputavam a atenção da mesma clientela. Além disso, a intensa movimentação de pessoas e vendedores ambulantes dava, constantemente, a nítida impressão de que o espaço encontrava-se sobrecarregado.

Para efeito de ilustração da importância do piquenique, na movimentação que ocorre no período do veraneio na vila de Caraparu, em um dos dias da pesquisa o estacionamento improvisado em um campo de futebol contava com 48 ônibus. Seu Raimundo Gonçalves, 62 anos e dona Maria América, 87, com residência fixa no sítio do Crato, na rodovia do Genipaúba, interior do município de Santa Bárbara faziam parte de um desses piqueniques. Segundo seu Raimundo, eles não estavam sozinhos mas num grupo de cem pessoas.

Dado o intenso fluxo de pessoas observado, foi necessário verificar junto aos comerciantes locais, qual a influência desse fenômeno em sua atividade e quais as principais características desses estabelecimentos. O que se observou é que durante o veraneio, o comércio local apresenta uma dinâmica frenética em função do consumo externo. A maioria dos estabelecimentos consultados já existe há cerca de dez anos e têm no turismo, a grande motivação para sua continuidade.

Constituído fundamentalmente de bares e restaurantes, é durante o veraneio que ocorre contratação de mão-de-obra adicional a fim de garantir o abastecimento da intensa movimentação

do período. Porém, essa contratação não significa que os trabalhadores fixos tenham algum tipo de registro. Mesmo porquê, afóra o veraneio, esses estabelecimentos só funcionam aos finais-de-semana.

Indagados á respeito de seu faturamento a maioria dos proprietários garantiu que o veraneio é responsável por cerca de 40% do mesmo e como já se esperava a cerveja é a mercadoria mais consumida nesse período. Pode-se dizer que a dinâmica vivenciada no Caraparu durante o veraneio provoca uma espécie de efeito cascata visto que os comerciantes da vila compram suas mercadorias na sede do município. Os depósitos de bebida e o mercado municipal são os principais responsáveis por esse abastecimento.

A maioria dos comerciantes entrevistados era constituída de moradores do próprio Caraparu ou de outro distrito do município, motivo pelo qual permanecem com os negócios fora do veraneio. Segundo eles, a melhoria da renda só é garantida nesse período, chegando a ser registrado até prejuízo em outros momentos.

Seguindo a posição adotada por outras camadas residentes na vila, a grande preocupação dos comerciantes em relação ao turismo se constitui na falta de investimento público a fim de garantir a continuidade dos fluxos de visitantes. A falta de divulgação do balneário de Caraparu foi uma reclamação recorrente demonstrando que o interesse dos mesmos estava voltado exclusivamente para o sucesso de seus negócios. Para eles o balneário é o cartão de visitas do município e por isso a prefeitura deveria promover investimento e divulgação o ano inteiro.

Além da divulgação o principal investimento da prefeitura deveria ser em infra-estrutura já que segundo eles não existe nem um estacionamento apropriado para os ônibus dos piqueniques. Sua atividade também é prejudicada pela falta de limpeza do local sendo os próprios comerciantes os responsáveis pela retirada do lixo.

Não foi observado em relação aos proprietários de estabelecimentos comerciais nenhuma preocupação com a deterioração do rio ou até mesmo com a falta de informação aos visitantes a respeito da cultura local. Sua atenção permanece voltada essencialmente para o atendimento da demanda externa. Ressalta-se ainda que os próprios comerciantes ao serem indagados sobre a origem do Caraparu, não souberam fazer nenhuma referência a respeito.

Importa saber que os estabelecimentos comerciais atingidos pela pesquisa foram àqueles situados estritamente na orla do rio e que por esse motivo estão mais voltados ao atendimento da população flutuante.

De forma geral, o que se observou é que o cotidiano da vila vem se adequando a uma nova realidade onde o objetivo principal é agradar ao turista e proporcionar-lhe comodidade. Assim também o poder público, que em determinados momentos se volta exclusivamente para o atendimento desse público, divulgando muitas vezes um atrativo imaginário.

Sem dúvida, o turismo dessa forma traz um alto custo social para a população residente. A título de ilustração da situação acima, vale mencionar o inventário turístico de Santa Izabel realizado pela Companhia de Turismo do Pará (PARATUR, 2001), onde o mesmo evidencia características do balneário de Caraparu que levam a uma certa mistificação do ambiente ao relacioná-lo com a possibilidade do fácil usufruto de uma área cercada de muito verde. Elementos como as facilidades de acesso, animação e lazer nos finais de semana, são enfatizados mais ainda pela Companhia ao se referir aos períodos de grande movimento, ou seja, de alta temporada, onde, presumivelmente, o balneário estaria dotado de toda estrutura, de segunda-feira a domingo.

Persistem ainda na estratégia de “venda” da Companhia, a facilidade de mobilidade para o atrativo que fica distante da cidade apenas cerca de 13 km e pode ser realizado por meio do transporte rodoviário, em um tempo de cerca de 15 min até o balneário. Visitado durante o ano inteiro e tendo sua capacidade estimada para 4.500 pessoas, a culinária típica de área de lazer com grande apelo popular torna-se apenas mais um componente nessa tentativa de alçá-lo a condição de atrativo turístico. O ítem segurança é devidamente destacado de forma a garantir que a presença da polícia militar nos períodos de veraneio possa ativar ainda mais o desejo de consumo do referido balneário.

Ocorre, porém, que sendo esta a única referência específica ao Caraparu constante no referido inventário, nota-se a falta de observação quanto à cultura local, seus aspectos históricos, modos de vida, meios de sobrevivência e a riqueza de sua fauna e flora. Todos elementos de grande interesse turístico que concorrem para o re-conhecimento mínimo da comunidade receptora por parte do turista. Ao invés disso, o documento garante a existência de “toda a estrutura” sem fazer referência a nenhuma delas especificamente.

O Caraparu portanto é divulgado ao turista como uma comunidade sem memória, sem tradição de trabalho, sem cultura. E mesmo assim, como um “povo ordeiro e alegre” conforme referência da mesma publicação em relação aos cidadãos e cidadãs izabelenses. Em contraposição a isso, de acordo com dados da delegacia de polícia e do corpo de bombeiros do município a cada veraneio cresce o número de ocorrências policiais envolvendo tanto visitantes quanto moradores locais.

Segundo registros obtidos junto a esses órgãos, em geral os envolvidos apresentam-se embriagados e portando principalmente armas brancas levando a crer na existência de uma pré-

intencionalidade. Esse tipo de comportamento contribui para uma espécie de marginalização que encobre o turismo de um dia que é praticado por uma população de baixa renda e que não recebe a devida atenção enquanto atividade propiciadora de mudança social, econômica, cultural e ambiental.

Vale ressaltar que esses comportamentos também são passíveis de ocorrer em outras formas de turismo, principalmente aquelas praticadas por um público considerado de alta renda. Porém, o processo de mobilização, seja da mídia, seja dos órgãos públicos competentes se dão num outro patamar.

De todo modo não se pode esquecer da relação que historicamente permeou o processo de desenvolvimento. Nela, as iniciativas de implementação de equipamentos, tanto do poder público quanto do privado, tendem a priorizar as classes economicamente favorecidas porque é delas que o retorno do capital é garantido.

3.5 CONSIDERAÇÕES GERAIS ACERCA DOS RESULTADOS

O desenvolvimento da pesquisa na vila de Caraparu mostrou primeiramente que sua condição de balneário com apelo paisagístico-natural e de baixo custo caracteriza o principal fator atrativo para o turismo naquela comunidade ocasionando uma prática desinteressada onde o visitante não interage com a cultura local. Na divulgação ao público externo a vila é apresentada como um lugar aparentemente sem memória, sem tradição de trabalho, sem cultura, porém, com um “povo ordeiro e alegre”, conforme publicação oficial (PARATUR, 2001).

Um dos aspectos mais importantes revelados pela pesquisa foi a forma pela qual a população residente percebe a relação entre o turismo e o seu cotidiano. Apesar de reconhecer a existência de vários problemas que julga decorrentes da forma como o turismo vem sendo desenvolvido no local, ao mesmo tempo demonstra satisfação com o mesmo.

Refletindo sobre esse resultado nos moldes propostos por Ascanio (1992), observa-se que a população residente vive uma constante contradição pois ao ser indagada sobre os aspectos qualitativos da vila, em geral se refere a aspectos como paz e tranquilidade. Ao mesmo tempo, ao referir-se aos problemas que vivencia, sempre são apontados aqueles ligados á violência expressada pela ocorrência de pequenos furtos e a conseqüente preocupação com seus bens materiais e criação de pequenos animais em função da falta de segurança.

De fato conforme relatório de rotina da delegacia de Santa Izabel, comparando as ocorrências policiais registradas no período do veraneio dos anos de 2000, 2001, 2002 e 2003, constata-se um índice crescente desses registros.

Neste item da pesquisa, foi possível perceber a forma como emergiram os problemas mais agudos e um evidente conflito entre a população fixa e os visitantes na medida em que esses últimos representam para os primeiros uma simbologia dos problemas emergentes. Porém, esses conflitos não se mostraram tão marcantes como supúnhamos no início do trabalho. Apesar de não existir uma interação social entre esses dois grupos, também não se percebeu uma contraposição entre eles.

Ao contrário, no caso dos moradores notou-se uma certa aceitação dos problemas enfrentados por compreenderem que de qualquer forma a falta do movimento proporcionado pelos visitantes seria pior para a vila. Assim, não se verificou uma oposição à atividade turística mas sim uma aceitação quanto às mudanças apontadas pelos mesmos à medida que as consideravam inerentes ao turismo.

Um outro ponto que chamou atenção na pesquisa foi uma preocupação dos moradores locais com a modificação do espaço, construído e aproveitado a fim de transformar-se num ambiente acolhedor para os visitantes. Também as ações do poder público como limpeza e retirada de lixo, quase sempre ocorrem na vila com o objetivo de atender esse público. É visível a percepção da população de que essas intervenções ocorrem em função da presença do veranista.

Alguns setores da população, notadamente aqueles mais organizados em grupos de representação civil, evidenciaram uma preocupação maior com as conseqüências dessas intervenções para os recursos naturais existentes na vila. Demonstrando preocupação notadamente com o desmatamento, o assoreamento e a poluição do rio, esses grupos apontaram a falta de atuação do poder público no sentido de prevenir e/ou coibir ações dessa natureza.

Ao avaliar o trabalho realizado por essas entidades, Sílvia Faro, vice-presidente da organização não-governamental Ver-o-Verde, informou que o trabalho feito junto aos proprietários de estabelecimentos comerciais é feito pelas próprias entidades. Para ele, “apesar da destruição” a presença dos turistas é de grande importância para a vila e o abandono desta por parte dos mesmos acarretaria uma grande perda para a economia local.

Todavia, observa-se que ao mesmo tempo em que essas entidades apontam deficiências do poder público, sua atuação ocorre quase sempre em parceria com o mesmo, seja através dos

patrocínios que recebem, seja através da cessão de equipamentos, mudas e transporte utilizado em suas ações.

O trabalho de campo demonstrou ainda a falta de exigência do público que frequenta o balneário. Envolvido pela música e principalmente pela bebida, em geral se mostrou bastante satisfeito com o ambiente que lhe era oferecido. O domingo de lazer demonstrava explicitamente a ruptura temporária com o cotidiano marcado por uma constante luta pela sobrevivência.

Quanto à melhoria no padrão de vida da população do Caraparú não se pode afirmar sua ocorrência, apenas se detectou a prestação de serviços aos veranistas como uma alternativa de incrementação da renda adotada por uma parte dos moradores. Alguns destes passaram a atuar em atividades comerciais, na maioria informais e com fortes características de sazonalidade. Excetuando-se os proprietários de bares e restaurantes, destacam-se aí as vendas de comidas típicas, churrasco, água de côco e água mineral.

Os bares e restaurantes estão situados permanentemente na orla da vila e alguns proprietários não são moradores locais. A existência do conflito é latente devido à percepção por parte da população de que, atualmente, somente quem ganha com o turismo são os proprietários desses estabelecimentos. De fato, poucos moradores parecem dispor de capital para investir em tal iniciativa.

Ao invés disso, dispõe de mão-de-obra barata que se expressa na contratação eventual, sem maiores compromissos. As atividades com as quais se ocupam estão ligadas aos serviços de garçon, serviços gerais, segurança e cozinheira. Os jovens são os mais dispostos a assumir essas oportunidades

De acordo com os dados obtidos não se pode dizer que houve mudança como algo acabado e/ou irreversível. Outrossim, a comunidade vivencia um período em que as novas oportunidades decorrentes da adequação a sua condição de balneário fizeram com que as atividades como as agrícolas passassem quase desapercibidas na fala dos moradores mais jovens. Revelando por outro lado uma das maiores preocupações dos mais velhos.

Ao deixar de ser a única alternativa de sobrevivência, a agricultura passou a ocupar um lugar subalterno em razão de atividades consideradas modernas como o turismo. A forma como isso vem ocorrendo demonstra que essa atividade pode estar sofrendo um processo de desaparecimento devido à falta de continuidade das gerações mais novas. Ao perder espaço gradativamente no modo de sobrevivência dessas famílias, destaca-se cada vez mais a perda da

característica familiar nas atividades de sobrevivência antes baseada no aprendizado repassado de geração a geração.

Apesar de ocorrer no município como um todo, no que se refere à comunidade do Caraparu isso tende a se agravar devido às novas características que lhe vem sendo atribuídas. A própria população residente ao identificar no turismo uma possibilidade de desenvolvimento que precisa ser incentivada passa a reformular o seu espaço e o seu cotidiano em novas bases. Com isso, o acolhimento ao visitante com o objetivo de lhe provocar o desejo de retorno e ganhar economicamente com isso passa a fazer parte das preocupações da comunidade.

Verifica-se uma tendência para a predominância do turismo e suas características sazonais sob as formas de sobrevivência tradicionais como a agricultura, que antes garantia a reprodução da comunidade. Para Marx (1975), as transformações possíveis de ocorrer no modo de produzir de determinadas comunidades são próprias do sistema capitalista e das formas de organização das mesmas. Ao surgirem novas demandas, vão se reestruturando também essas formas de organização e reprodução social.

Com relação ao advento do turismo no Caraparu percebe-se até o momento uma convivência com a agricultura enquanto forma primeira de reprodução, mas é visível que a relação da população com esta última vem se transformando, principalmente por conta das facilidades atribuídas ao turismo enquanto atividade símbolo da modernidade.

A convivência com a sazonalidade e o progressivo abandono de práticas tradicionais de sobrevivência em função de novas atividades parecem figurar portanto como as principais mudanças em processo na comunidade do Caraparu. Apesar da compreensão de que o turismo pode contribuir com sua melhoria de vida, a população parece ter claro também que a forma como o mesmo vem ocorrendo não está voltada para o seu benefício. Os dois problemas enfrentados pela comunidade parecem se completar visto que as novas atividades econômicas surgidas com o advento do turismo não se viabilizam fora do período de veraneio.

4 TURISMO E MUDANÇA NA VILA DE CARAPARU: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

A partir da década de oitenta ocorreu um grande número de estudos que discutiram as mudanças ocorridas nas comunidades que passaram a adotar o turismo como atividade econômica, seja de forma direcionada, seja de forma casual. Procurava-se mostrar que quase sempre essas comunidades eram invadidas por veranistas ávidos por espaços de descanso e/ou lazer e que aos poucos iam se apropriando de suas áreas habitacionais mais nobres. Conseqüentemente, esse movimento empurrava os moradores tradicionais p/ áreas distantes e à margem de qualquer investimento de infra-estrutura.

Percebe-se que esses estudos se debruçavam quase sempre a investigar um turismo que era praticado por um público específico, qual seja aquele que tinha todas as condições de usufruir do chamado turismo de segunda residência. Essa prática conforme Ignarra (1999) é caracterizada pela aquisição da casa de veraneio, que seus proprietários utilizam geralmente em períodos de férias e de alta estação. Nos balneários mais requisitados a população local geralmente passa a sofrer problemas relacionados à especulação imobiliária, o abandono de práticas tradicionais de sobrevivência devido às novas ocupações que surgem e ainda o encarecimento do custo de vida.

Paralelamente a isso, com as mudanças vivenciadas pelo mundo do trabalho principalmente nas grandes áreas urbanas também as populações de baixa renda que lá se concentram passam a buscar opções que favoreçam o seu deslocamento para áreas de lazer. Com isso, essas populações passam a adotar quase sempre uma prática pouco valorizada e que somente agora vem chamando atenção de pesquisadores devido aos problemas causados às comunidades receptoras. O turista que permanece menos de vinte e quatro horas no local visitado portanto, pode gerar tantos problemas quanto o de segunda residência dado à característica de massa que geralmente o acompanha.

Vários elementos concorrem para a “explicação” do fenômeno citado formando na maioria das vezes uma grande teia de conflitos. Dentre estes observa-se o processo de desenvolvimento cada vez mais acelerado que altera a dinâmica das cidades, interligando-as e facilitando o deslocamento entre elas.

Dentre outras coisas, o processo de desenvolvimento, ao interligar as cidades oferece possibilidades antes não existentes a uma diversidade cada vez maior de contingentes populacionais em busca do descanso e do lazer. Isso provoca um redimensionamento dos custos sociais e ambientais provocados por esses deslocamentos, que assumindo a forma do turismo vão

se diversificando cada vez mais. A partir desse entendimento, o turismo não é mais visto apenas pelo viés econômico que o trata como um dos elementos dinamizadores das economias locais, nem tão pouco como um simples deslocamento temporário, como trata sua clássica definição.

A preocupação desse debate se justifica dado o alto grau de importância que é dado ao turismo como um agente de mudança seja social, ambiental, cultural ou econômico ressaltando-se quase sempre a sua contribuição quanto às melhorias das comunidades receptoras. No caso desse estudo, não se concebeu a mudança como algo dado mas sim como algo que ocorre de forma gradativa e que se reflete principalmente nas relações sociais. Essas mudanças podem ser avaliadas como parte dos conflitos e contradições provenientes do próprio contexto sócio-econômico presente no mundo em desenvolvimento no qual a comunidade está inserida.

No Pará, ao longo dos últimos anos, a falta de perspectivas e alternativas verificadas nos pequenos municípios situados próximos a capital se acentuou, caracterizando lógicas sociais, econômicas e humanas típicas de uma região metropolitana, como oficialmente se reconhece o conjunto formado por Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara.

Alcançados pelo acelerado processo de urbanização, os municípios da Região Metropolitana de Belém (RMB) foram surpreendidos pelo deslocamento cada vez mais crescente de um fluxo de pessoas oriundo principalmente das áreas periféricas da capital e demais municípios que compõem essa região. Esse público, na medida em que o processo de desenvolvimento vai oferecendo novas possibilidades passa a buscar espaços dentro dos limites de sua área de habitação que possam proporcionar momentos de lazer e entretenimento.

Isso acaba se traduzindo numa forma de turismo que parece expandir-se de maneira silenciosa, visto a existência de inúmeros balneários com infra-estrutura inadequada em toda a extensão da RMB mas que tem atraído grandes contingentes populacionais, principalmente aqueles com baixo poder aquisitivo que encontram nesses espaços uma opção de lazer antes não considerada. Isso revela na prática a preocupação de Ribeiro (1996), ao discutir como as áreas metropolitanas vão se constituindo em espaço permanente de modernização, gerando alternativas nem sempre condizentes com as expectativas criadas.

Dada a falta de perspectivas econômicas dos municípios conforme citado anteriormente, o turismo passa a preencher um vazio ou uma esperança na busca pelo desenvolvimento. Na maioria das vezes um desenvolvimento expresso pela possibilidade de acesso ao lazer, saneamento básico, transporte além de outras condições que de outra forma não teriam acesso.

Com isso, o turismo passa a ser buscado como alternativa de desenvolvimento e identificação com o mundo que o produz.

Compreender as relações entre turismo e desenvolvimento nesse caso, passa pelas mudanças mais recentes que envolvem o mundo do trabalho de forma geral e as novas exigências apresentadas pela lógica do chamado pós-fordismo. De fato, não apenas alguns lugares, mas o mundo como um todo vivencia transformações de ordens diversas. E essas transformações, por outro lado, geram novas necessidades que vão influenciar os mais diversos setores que compõem a sociedade atual.

Nesse bojo, as novas necessidades do mundo, influenciam consubstancialmente o mundo particular do turismo já que toda e qualquer possibilidade de atrativo é devidamente requisitada para assumir um papel de produto, sem necessariamente estar articulado a um plano de desenvolvimento pré-definido. A inserção nessa nova configuração requer, inclusive, a adoção de novas condições de trabalho e relacionamento social, favoráveis às competências exigidas para a nova condição de desenvolvimento.

Contudo, esse turismo de teor desenvolvimentista tem suscitado profundos debates a medida que, em nome da modernização, passa a redirecionar a utilização do uso do espaço e a organização social de determinadas populações. E é esse conceito que perpassa a discussão central objeto do presente estudo, à medida que a utilização do turismo como mecanismo de desenvolvimento enseja novas adaptações sócio-econômicas à populações locais, tais como a da Comunidade do Caraparu em Santa Izabel do Pará.

Nota-se por exemplo a incorporação de novos comportamentos e formas de trabalho resultantes do convívio com os fluxos turísticos, mesmo que sazonais. A importância de locais dessa natureza localizados na região mais próxima à capital, remete a um papel econômico que a cada dia expressa grande importância no contexto do avanço do desenvolvimento a partir da lógica do turismo. Para este, o processo natural de expansão passa pela necessária incorporação de áreas adjacentes ao atrativo central.

Observa-se na Comunidade do Caraparu a existência de uma recente e significativa ocupação por atividades econômicas voltadas ao veraneio, grande parte sinalizando para uma incômoda saturação visual e sonora. Por outro lado, mesmo que os moradores demonstrem uma aparente adaptação a essa nova configuração do mundo do trabalho local, influenciando na expansão de sua vocação como local de turismo de veraneio, as expressões tradicionais não desapareceram frente às alternativas sazonais de trabalho podendo ascender uma reação contrária

à medida que o turismo de veraneio não se reverta de fato, em opção de desenvolvimento, mesmo que numa escala reduzida.

Conforme Pinto (1963), ao deparar-se com outros fatores inerentes ao processo de desenvolvimento, notadamente as formas de desestruturação social, a própria comunidade passa a ser um obstáculo à sua continuidade. No caso da vila de Caraparu ao mesmo tempo em que a população demonstra relacionar desenvolvimento e melhoria de vida com o incentivo à prática do turismo, identifica também essas formas desestruturadoras de seu cotidiano.

Apesar disso, seguindo o raciocínio adotado por Luz (1994), não seria o caso de se considerar o início de uma nova fase de desenvolvimento econômico vivenciada pelo município. Ao ser tratado como alternativa de sobrevivência na forma como vem sendo adotado hoje, o turismo na comunidade do Caraparu aponta para uma prática identificada por Rodrigues (1996) como a indústria do turismo, onde, a concepção de natureza dos moradores vai se alterando, passando a revelar-se como uma mercadoria que deve ser transformada com o objetivo de atender as necessidades do consumo turístico.

Igualmente vão se transformando lentamente as relações de trabalho, o espaço construído e as relações sociais. E simultaneamente imputam novas referências de modo de vida e o desenvolvimento das novas competências que justificariam uma passagem para o mundo contemporâneo.

Esse consumo turístico ocorre de forma bastante distinta, profundamente marcada pelos processos de desenvolvimento e reprodução capitalista e que vão assumir características peculiares em áreas periféricas, evidenciando diferenças entre os tipos de turismo e de turista. Para Rodrigues (1996) de qualquer maneira, o fetiche da mercadoria turismo ou de natureza comercializada, é ainda mais acentuado que em outras mercadorias de consumo coletivo e encontra ressonância nos modos de vida adotados principalmente nas regiões metropolitanas, que são os espaços onde sobrevive grande parte da população alocada no sub-emprego ou na informalidade.

Esse setor, se é verdade que em geral não alcança um nível de remuneração que permita sua inclusão nas formas de turismo e lazer tradicionais como aluguel de casas de veraneio e/ou permanência em meios de hospedagem como hotéis e pousadas, utiliza formas alternativas. Incluem-se aí desde o deslocamento até o período de permanência, compatíveis com sua realidade sócio-econômica, fazendo com que as comunidades receptoras promovam adequações necessárias também ao atendimento desse público.

Sendo o turismo um objeto de estudo inovador, principalmente ao tratar das questões de caráter social que o envolve, acredita-se que o desenvolvimento de estudos analíticos de suas experiências possa subsidiar o debate teórico que vem sendo realizado por diversos autores. Neste caso, a pesquisa na comunidade do Caraparu demonstra ainda que os deslocamentos de um dia são considerados pelas comunidades receptoras como turismo de fato, sendo responsáveis também por uma nova mobilização dessa população, assim como a busca de novas habilidades essenciais a nova configuração sócio-econômica.

Convém ressaltar que o turismo enquanto atividade extremamente dinâmica reveste-se de uma multiplicidade de aspectos, fazendo crer que o mais importante não é classificá-lo mas sim, considerá-lo a partir da sua essência enquanto fenômeno. E um fenômeno de expressão econômica, política, social, cultural, histórica, ambiental, etc, além de um grande poder de repercussão nas áreas receptoras independentemente do tempo de permanência de quem o pratica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados referentes ao processo de desenvolvimento de Santa Izabel revelam as várias transformações no modo de produzir ocorridas no município ao longo de sua história. Apesar da consolidação de algumas das experiências adotadas como a avicultura que ainda conta com uma forte presença no município, a adoção do turismo enquanto possibilidade de desenvolvimento revela a fragilidade econômica do mesmo. Este por sua vez, é visto como possibilidade de desenvolvimento e melhoria de renda a partir da utilização dos atrativos paisagístico-naturais que possui.

Ocorre porém, que a forma como o turismo vem se instalando no município tende a descaracterizar o conjunto de atrativos local a medida em que o uso do mesmo é feito de maneira totalmente descomprometida. A própria forma de atração dos visitantes para o município demonstra sua fragilidade ao divulgar qualidades desvirtuadas da realidade. A utilização do termo “deserto” para caracterizar a vila do Caraparu produz no visitante mais atento uma sensação de vítima.

Por outro lado, sendo o principal responsável pelos fluxos de visitantes ao município, o Caraparu atrai para sua principal vila, mais precisamente onde está situado o balneário homônimo, um público caracterizado também pela falta de alternativa. A acessibilidade proporcionada pela proximidade com a região metropolitana e o baixo custo com deslocamento sobrepõem-se a qualquer senso crítico mais apurado.

Cabe ressaltar portanto o turismo que vem sendo realizada na vila de Caraparu e os problemas daí decorrentes. Apesar de não possuir a mesma expressão daquela verificada em praias como Mosqueiro, resguardando as devidas proporções sua prática vem revelando a existência de um fluxo crescente conforme observação recorrente na fala de moradores.

Considerando nossos objetivos iniciais, os dados levantados possibilitaram algumas considerações parciais sobre a situação do turismo no Caraparu e que merecem ser relevadas.

A confusão de idéias por parte dos moradores salta aos olhos devido à clara defesa do turismo, ao mesmo tempo em que aponta problemas causados pelo mesmo. Falar sobre a poluição do rio provocada pelos visitantes, não os impediu de afirmar que o turismo é fundamental para a vila.

Não se pode ignorar que a movimentação provocada pelos visitantes, geralmente acompanhada de uma prática consumista passa aos moradores uma perspectiva de modernidade.

Assim também as ações do poder público como limpeza da vila, segurança, transporte e melhoria das vias de acesso nos períodos em que esses visitantes permanecem no local fazem com que os mesmos sejam identificados com o acesso a essas melhorias.

O turismo é tido ainda como o responsável pela dinamização da pequena economia local, impulsionando-a em determinados períodos do ano, notadamente durante o veraneio. Ao mesmo tempo, observando as falas dos visitantes é nítida a falta de valorização das formas de organização social, cultural e ambiental historicamente construídas pela comunidade do Caraparu

De todo modo, não se pretende considerar os moradores da vila do Caraparu como vítimas apenas. Ao demonstrar consciência dos danos causados ao seu meio em função da prática de um turismo predatório, não se percebeu uma disposição de intervenção por parte dos mesmos. À explícita vontade da permanência do turismo apenas somou-se um alto grau de cobrança ao poder público como propiciador de ações voltadas á melhoria e incrementação do mesmo.

REFERÊNCIAS

- AMATO, J. N. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais**. São Paulo. Atlas. 2001.
- ANDRADE, José vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1998.
- ASCANIO, A. Turismo, la ciencia social de los viajes. In: **ESTUDIOS y perspectivas en turismo**. Buenos Aires: CIET, v.1, n.3, p. 185-197, jul.1992.
- BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- BARRETO, T. V. Marxismo sob a perspectiva do paradigma da escolha racional. **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife, v. 14, n. 1, p. 17-38. 1998.
- _____. **Notas sobre teoria de mudança social no século XX**. Trabalhos para discussão. n. 105, 2001. Disponível em: <In: www.fundaj.com.br>. Acesso em: 15 maio, 2001.
- BENI, M. C. Sistur: estudo do turismo face à moderna teoria de sistemas. **Turismo em análise**. São Paulo. ECA; USP, v.1, n.1, p. 15 a 34, maio, 1990.
- BONALD, Olímpio. **Planejamento e organização do turismo: conceitos básicos**. 2. ed. Recife: FASA, 1984.
- CAPEL, Horacio. Globalización y crecimiento endógeno. Algunas reflexiones y preguntas sobre la globalización. In: CONFERENCIA EN EL XV ORDEN; CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN DE GEÓGRAFOS COLOMBIANOS, IBAGUÉ, 1998. Bogotá. **Anais...** Bogotá Asociación de Geógrafos Colombianos, n. 17, p. 3-22, ago. 1998.
- CASTELLI, Gerald. **Turismo: atividade marcante no século XX**. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1990.
- DUMAZEDIER, Jofre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- FERNANDES, JECIVALDO DA SILVA. **Vida social e as implicações do turismo na comunidade do Paraíso, Ilha do Mosqueiro – Belém-PA**. 2001. (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Federal do Pará, Belém. Jun./2001.
- FERREIRA, NESTOR. **História do município de Santa Izabel do Pará**. Belém: CEJUP, 1984.
- IANNI, O. **Teorias de estratificação social**, (Org.). São Paulo: Nacional. 1978.
- IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- KELMAN, Carlos Julio ; FERNANDEZ, Victor Rafael. **Tempo libre: turismo Y sociedade**. Colombia: Universidade Externado de Colombia, 1986.

- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- O LIBERAL. **Igarapés atraem turistas de várias regiões**. Belém, jul. 2002.
- LICKORISH, L. J. ; JENKINS. C. L. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- LIPETZ, Alain. **Miragens e milagres: problemas da industrialização do terceiro mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.
- LUZ, Marisa Falcão da. **As transformações na economia rural e a questão urbana em Santa Izabel do Pará: um estudo preliminar**. Belém: NAEA; UFPA, 1994.
- MANESCHY, Maria Cristina. **Ajuruteua: uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém: UFPA, 1993.
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. São Paulo: Vozes. 1984.
- MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas)
- _____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MCINTOSH, Robert ; GUPTA, Shashikant. **Turismo: planeación, administración y perspectivas**. cidade do México: Limusa Noriega Editores, 1993.
- MELLO, João M. Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MOLINA, E., ; ABÍTIA, S. **Planificación integral del turismo: um enfoque para Latinoamérica**. México: Trillas, 1991.
- PAIVA, M. G. de Menezes. **Sociologia do turismo**. Campinas-SP: Papyrus, 1995.
- PARATUR. **Inventário turístico de Santa Izabel do Pará**. Belém, 2001.
- PENTEADO, Antonio Rocha. **Problemas de colonização e de uso da terra na região bragantina do estado do Pará**. Belém: EDUFPA, 1967.
- PINTO, L. A Costa. **Sociologia e desenvolvimento**. Brasília, DF: Civilização Brasileira. 1963.
- A PROVÍNCIA DO PARÁ. **História dos municípios do Pará**. Belém, 1994.
- RIBEIRO, A C. T, et al. Turismo: uma prática entre a crise e a inovação na metrópole do rio de Janeiro”. In: YÁZIGI, EDUARDO. **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRÍGUES, Arlete Moisés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: **TURISMO, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

RODRIGUEZ, Ibañez J. E. **Teoría crítica y sociología**. Madrid: Siglo XXI, 1978.

RODRIGUES, A.A.B. (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001.

RUSCHMANN, D. V. M. **O Planejamento do turismo e a proteção do meio ambiente**. 1994. Tese (Doutorado em ciências da comunicação), Escola de Comunicação e Artes. São Paulo: USP, 1994.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime da escravidão**. 2. ed. Brasília,DF: Ministério da Cultura. 1998.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O estado social da nação**. Rio de Janeiro: Dados, 1985.

SILVA, Orlando Sampaio. **A presença do japonês na Zona Bragantina-Pa**. São Paulo: Cadernos da USP. 1972.

SILVEIRA, Maria Laura. Da Fetichização dos lugares à produção local do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo: modernidade e globalização**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

TEIXEIRA, Lindalva da Costa. Estratégia de sobrevivência dos pequenos produtores rurais de Santa Izabel do Pará. **Cadernos CEPAS**. 1981.

TORRE, Oscar de La. **El turismo, fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económico, 1992.

TURNER, L. y ASH, J. **The golden hordes. International tourism and the pleasure periphery**. London: Anchor Press, 1975.

URRY, John. **O Olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. 3.ed. São Paulo: Studio Nobel;SESC, 2001.

A N E X O S

ANEXO A – Chegada de veranistas na vila.



Fonte: Fotografia de Alberto cândido (2002).

ANEXO B – Área central do balneário de Caraparu, com vista dos bares e restaurantes ao redor.



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santa Izabel do Pará (2001).

ANEXO C – Veranistas no Rio Caraparu

Fonte: Fotografia de Alberto cândido (2002).

ANEXO D – Mapa do município de Santa Izabel do Pará



